



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6299/02 - REGULA DEFENSIVOS FITOSSANITÁRIOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0327/18	DATA: 16/05/2018	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 12h39min	TÉRMINO: 15h49min	PÁGINAS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Luiz Nishimori, ao Projeto de Lei nº 6299, de 2002.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.

Houve intervenções inaudíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve tumulto no plenário.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16^a Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, do Senado Federal, e apensados.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, de iniciativa do Deputado Valdir Colatto e outros, que passo a ler:

Sr. Presidente, nos termos do artigo 50 e seus incisos I, II e III, § 1º, do Regimento Interno, requeiro a inversão da ordem dos trabalhos da Comissão de forma que ocorram na seguinte ordem: Ordem do Dia, ata, expediente.

O Deputado Valdir Colatto e outros quatro Deputados assinaram esse requerimento de inversão de pauta.

Encaminhamento da votação.

Para encaminhar a favor, vou passar a palavra para o Deputado Valdir Colatto.

Para encaminhar contra eu passarei a palavra depois.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto, por 5 minutos. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Colatto, só 1 minuto. Há uma questão de ordem do Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu estou com a palavra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O Deputado Molon pediu a palavra para uma questão de ordem. Questão de ordem tem precedência.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu já estou falando. Eu já estou com a palavra. Acho que o Deputado Molon poderia nos respeitar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Colatto, precede.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não. Precede antes de eu falar. Agora, quando eu começo a falar, ele não pode me interromper.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então eu vou deixar V.Exa. terminar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, o microfone estava desligado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não, não estava, não. Eu estava falando, Deputado Molon, desculpe.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E eu já havia pedido questão de ordem à secretaria antes. O colega pode não ter ouvido, mas eu já tinha pedido antes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Molon, porque ele já tinha sinalizado.

Vamos com calma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu queria só pedir a V.Exa. que deixe os microfones ligados. Eu também tentei falar e não consegui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O.k.

Deputado Molon, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, minha questão de ordem se baseia no art. 46, § 5º, que trata das reuniões extraordinárias marcadas pelas Comissões. O § 4º também trata das reuniões extraordinárias.

V.Exa. havia marcado a nossa reunião para o Plenário 12. Eu cheguei ao Plenário 12 antes das 11 horas da manhã, porque queria ser o primeiro a protocolizar um requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, como este que o Deputado Colatto protocolizou. Esperei na Comissão até cerca de 11h30min, 11h40min, quando tive a informação de que talvez a reunião mudasse para o Plenário 6. Na verdade, assessores de Parlamentares que defendem o projeto foram vistos — lamentavelmente, foi esse o clima aqui — correndo para o Plenário 6. Nesse momento, eu fui orientado a correr para o Plenário 6, para ser o primeiro a protocolizar o requerimento de inversão da ordem dos trabalhos.

Quando cheguei lá — V.Exa. estava lá —, era Comissão de Agricultura, e V.Exa., como membro da Comissão, estava aguardando os trabalhos, como outros



colegas que aqui estão. De repente, recebi a informação de que a reunião seria no Plenário 14, então que eu corresse para o Plenário 14. Sai correndo igual um maluco aqui pelo corredor para chegar ao Plenário 14, este. Quando aqui cheguei, o colega que apresentou o requerimento de inversão dos trabalhos já estava em primeiro lugar na fila.

Isso não teria nenhum problema, se tivesse sido fruto da sua diligência, ou do seu esforço, mas a informação que nós tivemos foi que a assessoria do Deputado tinha sido informada de que o Plenário seria este pela assessoria da EMBRAPA, que teria obtido a informação antes que ela constasse no sistema do gabinete de V.Exa. Isso me impediu de ser o primeiro a protocolizar o requerimento, apesar de eu ter sido o primeiro a chegar ao Plenário marcado. E V.Exa., como os colegas, sabe a importância que isso tem na tática de obstrução que nós da Oposição faremos aqui.

Eu quero publicamente relatar isso a V.Exa. porque não é possível trabalhar desse jeito. Isso torna desiguais as condições da disputa política, que é legítima: um lado é a favor, outro lado é contra. Agora, nós não podemos ser prejudicados na apresentação do nosso requerimento porque não temos a informação privilegiada de onde será a reunião da Comissão.

A assessoria da Frente Parlamentar da Agropecuária — FPA soube antes dos membros da Comissão em que plenário seria a reunião. Isso não é correto. Isso atrapalha o bom funcionamento dos trabalhos.

Eu quero deixar registrada essa questão de ordem e pedir a apreciação de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Molon, nossa reunião não é extraordinária, é ordinária, nossa reunião de hoje.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mais grave, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu tomei conhecimento da mudança de plenário três vezes. Desde ontem eu sabia que nos reuniríamos no Plenário 12. Aliás, a sua assessora ali me perguntou, e eu disse que achava que não tinha mudado o plenário. Fui à Comissão de Agricultura registrar minha presença porque sou membro titular. Vi uma movimentação estranha, achei até engraçado. Muita gente lá. Saí para uma reunião e, quando voltei, recebi a informação de que nos reuniríamos no Plenário 14.



Portanto, se alguém teve informação privilegiada, fica o registro, mas eu não sei disso. Acho que, como a sua assessoria, a assessoria de outros Deputados estava correndo pelo mesmo motivo. Todo mundo queria esse primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Só que a nossa estava correndo atrás da outra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Enfim, todo mundo queria esse lugar na fila. Eu não posso controlar esse tipo de coisa. Garanto a V.Exa. que isso não saiu da minha assessoria.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, eu fui impreciso. Na verdade, não estávamos correndo atrás da assessoria de outro colega, não — agora é que eu descobri —, e sim da assessoria da FPA, o que é mais grave. É mais grave a assessoria da FPA saber onde será a reunião do que a assessoria de um Parlamentar qualquer aqui da Casa que não soube pelo sistema.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu lhe peço compreensão, porque, como estamos vendo pela participação, vamos ter hoje um trabalho extenso. Há duas posições muito definidas, uns contra, outros a favor. Precisamos ter bom senso e equilíbrio para debater o assunto. Eu quero ser o mais democrática possível, mas peço a colaboração de todos para que eu possa ser flexível, senão terei que seguir o Regimento, e o que eu gostaria é que hoje pudéssemos debater o assunto, com participação dos dois lados no seu tempo, para que possamos caminhar para o melhor desfecho possível deste assunto tão importante, tanto para a agricultura quanto para a população brasileira.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 34 do Regimento Interno.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, nobres colegas Deputados, a questão de ordem trata das Comissões Especiais. Esta Comissão é uma Comissão Especial.

O art. 34, item II reza:



Art. 34.....

II - proposições que versarem matéria de competência de mais de três Comissões que devam pronunciar-se quanto ao mérito, por iniciativa do Presidente da Câmara, ou a requerimento de Líder (...).

Seu § 1º diz claramente o seguinte:

§ 1º Pelo menos metade dos membros titulares da Comissão Especial referida no inciso II será constituída por membros titulares das Comissões Permanentes que deveriam ser chamadas a opinar sobre a proposição em causa.

Bem, as Comissões que são correlatas neste projeto dos venenos, que vai colocar mais veneno na comida das nossas crianças, do povo brasileiro, são a Comissão de Agricultura, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Seguridade Social e Família, a CCJ e a CFT.

Então, de acordo com o § 1º do art. 34 do nosso Regimento, pelo menos metade desta Comissão Especial precisa estar composta por titulares destas Comissões.

Deputado Molon, não só há uma presença forte da FPA, como há também uma presença fortíssima e sobreposta da Comissão de Agricultura às demais Comissões. As outras Comissões, repito, a CFT, a CCJ, a de Seguridade Social e a de Meio Ambiente, não compõem metade deste colegiado, que, então, está regimentalmente fora da regra.

Eu só tenho uma questão a observar: V.Exa. deve suspender a sessão neste momento, para que a composição desta Comissão Especial seja conforme o Regimento. É o Regimento que nos diz isso, e todos nós aqui precisamos prezar pelo Regimento. Eu repito: esta Comissão não tem a metade de seus membros composta dos titulares destas Comissões que citei.

Então, eu peço a V.Exa. — um pedido é só o que eu posso fazer — que suspenda esta sessão, para que possa compor corretamente esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Bohn Gass, eu indefiro o pedido nessa questão de ordem de V.Exa. porque a regra é que pelo



menos metade dos membros da Comissão provenham de Comissões Permanentes competentes, não se exigindo que ela conte necessariamente com representantes de todas as Comissões Permanentes que seriam chamadas a opinar sobre a matéria. Trata-se disso na Questão de Ordem nº 527, de 2009. E quero dizer ao senhor que quem faz a composição é o Presidente da Casa, que pede aos Líderes dos partidos que indiquem membros para a Comissão.

Portanto, eu indefiro a questão de ordem e vou passar agora a palavra ao Deputado Colatto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Sim. Eu agora vou passar a palavra, com todo o respeito...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Presidente, é uma questão fundamental para o andamento desta Comissão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Isso são questões protelatórias. Eu quero ter a palavra, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Presidente, há uma informação aqui, dada pela Frente Parlamentar Ambientalista, de que o Relator esteve ontem reunido com procuradores do Ministério Público, e o Relator — está registrado aqui, textualmente — disse que iria discutir ainda, novamente, essa questão. Está aqui escrito na nota que saiu da Frente Parlamentar Ambientalista. Se isso for verdade, não podemos começar esta discussão agora, nem falar em inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Eu só queria esclarecer ao Deputado Sarney Filho que realmente, como foi a sugestão de todos os presentes — está aí o Deputado Alessandro Molon, que fez uma recomendação —, é lógico que nós conversamos. Eu, pessoalmente, conversei com o pessoal do Ministério Público, e foi acertado que se criasse uma Comissão técnica, vejam bem, uma Comissão técnica, paralelamente. Não teria nada com esta Comissão. Eu disse que isso seria muito bom, que colaboraria para a nossa Comissão. É isso o que foi acertado. Não tem nada com esta Comissão Especial. Seria uma comissão paralela. O.k.? Está explicado?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Bohn Gass, a solicitação é por escrito e deve ser entregue ao Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu vou recorrer ao Plenário, quero deixar isso informado, porque esta Comissão aqui não está de acordo com o Regimento. Então, qualquer decisão de hoje nós vamos tentar anular, porque ela está fora do Regimento. Vou fazer esse recurso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Com certeza. Ótimo, ótimo! Por favor, faça por escrito o recurso, Deputado.

Deputado Colatto, a palavra é sua.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, quero só fazer um esclarecimento, mas antes cumprimento V.Exa. e cada um dos presentes. Hoje nós temos aqui bastante gente interessada no assunto. A agricultura brasileira está hoje no foco das atenções, embora lá na Comissão de Agricultura pouca gente apareça, e quando aparece é para criticar a agricultura, que põe a comida na mesa.

São 12h54min. Todos que estão aqui, se ainda não almoçaram, daqui a pouquinho vão almoçar. Eu gostaria de saber se eles têm o certificado desses alimentos que vão consumir, se sabem se esses alimentos têm agrotóxico, se não têm agrotóxico, se são orgânicos, se não são orgânicos.

As pessoas falam muito, mas sem saber exatamente do que estão falando. Todos os produtos que estão nas mesas dos restaurantes do Congresso Nacional e da maioria dos restaurantes brasileiros são certificados, têm a licença da ANVISA, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente, enfim. Do contrário, nós não estaríamos aqui.

Tem gente que diz a bobagem de que cada brasileiro consome, por ano no Brasil, 7 quilos de agrotóxicos, que nós chamamos de produtos fitossanitários. Ora, não haveria ninguém nesta sala se assim fosse, mas fazem esse discurso.

Respondendo ao Deputado Alessandro Molon, fui a todas as salas, à 6, à 12, à 14. Em todas elas eu estive, e na 12 o Deputado Molon estava antes de mim. Eu cheguei depois. Aí houve a troca de salas, por motivos logísticos, porque uma hora tem a reunião da Comissão, outra hora não tem... O plenário da Comissão de Meio Ambiente, por exemplo, hoje, quando fomos começar a reunião, estava ocupado, então tivemos que esperar, porque não havia lugar.



Portanto, não procede isso de que nós tivemos informação anterior. Não. Eu fui de sala em sala, à 6, à 12, à 14, assim como o Deputado Molon com a sua assessoria. Eu com a minha assessoria também fui. Não tenho culpa se a minha é mais competente do que a dele. Esse processo todo nós temos bem claro que foi legal.

Quanto à questão de ordem do Deputado Bohn Gass, é bem claro o art. 34, § 1º, que diz que é necessário que 50% de membros oriundos de Comissões Temáticas participem desta Comissão, e eles não precisam ser das Comissões. Mas V.Exa. já indeferiu o pedido, que é o que precisávamos fazer.

Sra. Presidente, a discussão que nós queremos fazer sobre a inversão de pauta é porque a relevância deste projeto tem que ser discutida, sim.

Finalmente, eu tenho em mãos um parecer da EMBRAPA. Como seria bom se neste País nós respeitássemos a ciência como outros países fazem! Outros países, bem mais evoluídos do que nós, que usam o defensivo, sim, como o Japão, a Austrália, os Estados Unidos e outros, eles fazem essa discussão em cima da ciência. Nós mesmos estivemos lá na Austrália, com a Presidente, vários Deputados, representantes do Ministério da Agricultura. Lá se faz o estudo técnico-científico, se leva à sociedade o que está acontecendo e as pessoas aceitam, porque foram feitos os estudos técnicos, diferentemente de nós aqui no Brasil, que achamos isto e achamos aquilo. Este é o país do achismo. Acham que é assim, acham que é assado pessoas que nunca ouviram falar nisto, não sabem como funciona.

Eu ontem falei da tribuna como Deputado e engenheiro agrônomo que conhece profundamente o assunto e fui contestado por pessoas que não sabem do que estão falando e negam peremptoriamente que se usem defensivos em praticamente 99% das propriedades do Brasil.

O Brasil sabe que a produção de alimentos orgânicos corresponde a 1% do que se produz no Brasil. Todo mundo gostaria, seria muito bom se nós não precisássemos usar defensivos agrícolas, porque eles custam dinheiro e ninguém quer rasgar dinheiro com esse propósito. Eu conheço agricultores que ficam preocupadíssimos com ataques de pragas, com doenças na sua propriedade, porque não têm dinheiro para comprar os defensivos, que são caríssimos!



Concordo, sim, que as empresas cobram alto, às vezes preços acima do normal. Aproveito para desafiar aqueles que acusam quem defende a agricultura de ser financiado por essas empresas.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado. Encerrou-se o seu tempo. Vamos seguir a ordem. Depois V.Exa. terá outras oportunidades.

Para encaminhar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator... Acho que o Relator teve que dar uma saída breve.

O colega que me antecedeu disse que daqui a pouco todos nós pretendemos almoçar. Eu gostaria que alguém que vá almoçar dissesse que vai pedir ao garçom: *“Por favor, me traga o alimento mais contaminado que o senhor tiver. Por favor, não me traga orgânico, eu quero um alimento carregado de agrotóxico”*. Eu gostaria de saber também se alguém prefere botar na mesa para os seus filhos alimento carregado de veneno em vez de alimento saudável.

No fundo, o que se trata aqui na Comissão, Presidente, é da comida que vai ser servida ao povo brasileiro, ou, pior do que isso, de que venenos vão ser liberados para uso na agricultura, porque, além de contaminar a comida, eles servem para aumentar a produtividade de grãos para alimentar gado, o que causa graves prejuízos ao ambiente, à água, ao ar, sobretudo à saúde humana.

Os colegas que dizem que quem é contra não entende nada deveriam ler as notas técnicas, científicas. Eu não sei se a ciência tem alguma importância nesta Casa, se ela tem alguma relevância, porque a Fundação Oswaldo Cruz emitiu posicionamento público oficial contrário ao projeto; o Instituto Nacional do Câncer, do Ministério da Saúde, tem uma nota pública contrária ao projeto.

Vejam o que diz o Instituto Nacional do Câncer: nessa perspectiva, o posicionamento do INCA é que não seja alterada e flexibilizada a atual Lei de Agrotóxicos. E o parecer do Relator a revoga. A Lei nº 7.802, de 1989, é revogada se este projeto for aprovado! O Instituto Nacional do Câncer é contra. E por que ele é contra? Porque está provado cientificamente que o uso de agrotóxicos aumenta a



incidência de câncer no Brasil. Está aqui explicado por quê, qual é o efeito dos agrotóxicos na saúde, que inibem a proteção do corpo humano contra a proliferação de células neoplásicas. Está escrito pelo INCA! É só ler.

Mas não apenas o INCA e a FIOCRUZ são contra. O Ministério Público Federal é contra. Aliás, o Relator acaba de dizer que decidiu constituir uma Comissão técnica com o Ministério Público. Ótima iniciativa! Parabéns ao Relator por essa iniciativa! É uma ótima decisão. Diante dela, é fundamental interromper esta Comissão. Porque, Presidente, como é que nós vamos votar um projeto que depois vai ser modificado pelo Relator com o Ministério Público sem que ninguém mais o discuta?

A criação dessa Comissão técnica, logicamente, nos impede de levar adiante esta discussão. É óbvio! É cristalino! É de clareza solar que não faz sentido continuar a discussão se o próprio Relator reconhece que é necessário fazer mudanças, sugeridas pelo Ministério Público.

Então, o que seria razoável, Presidente? Suspender o funcionamento desta Comissão por 15 dias, 20 dias, enquanto o Ministério Público discute com o Relator as suas inúmeras sugestões. Eu tenho um parecer do Ministério Público Federal que diz que há um extenso rol de inconstitucionalidades no parecer, ou seja, um festival de inconstitucionalidades, que têm que ser corrigidas. Para isso, é fundamental suspender o funcionamento da Comissão. O Relator recebe as sugestões, apresenta à Comissão as que acolheu e as que não acolheu, e aí, sim, nós entramos no debate. Nada mais razoável do que isso.

Então, até em respeito à Comissão técnica que foi montada pelo Relator, suspendamos a Comissão. Se não em relação a ele, pelo menos em respeito à Comissão, que não pode votar um projeto que vai ser alterado antes de ir ao Plenário. Como vai ser alterado? Onde vai ser alterado? No Plenário? E a Comissão não participa desse debate? Não faz sentido, Sra. Presidente.

A ANVISA também é contra o projeto; o IBAMA também é contra o projeto, além da FIOCRUZ. O Ministério Público do Trabalho, aqui presente, também é contra o projeto; a Defensoria Pública da União também é contra o projeto; o Conselho Nacional de Direitos Humanos também é contra o projeto.



Sra. Presidente, esse projeto é muito ruim, é péssimo para o Brasil. Por isso, vamos interromper a Comissão, rejeitar a inversão da ordem dos trabalhos, debater melhor e, assim, votar com segurança.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Passo a palavra ao Deputado Nishimori.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Sra. Presidente, eu só gostaria de esclarecer algo. Estou ouvindo dizerem aqui: “*Querem colocar veneno no seu prato*”. Não é nada disso. Pelo contrário, o nosso projeto vem para colaborar para um alimento mais sadio, mais seguro para a nossa sociedade.

Eu quero responder ao Deputado Alessandro Molon, a quem agradeço a sugestão. Aqui do meu relato, eu queria que V.Exas. lessem o art. 4º, § 3º, que diz assim:

Art. 4º.....

§ 3º *Fica proibido o registro de produtos fitossanitários, de produtos de controle ambiental e afins que, nas condições recomendadas de uso, apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente, ou seja, permanecerem inseguros, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.*

Então, ninguém vai colocar novas substâncias, novos produtos no mercado, de maneira alguma. A ANVISA é muito competente, muito rígida e terá as mesmas funções que tem hoje, não vai mudar nada.

Era o que eu gostaria de deixar aqui bem claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos passar agora à orientação de bancada.

Como vota o PT, Deputado Nilto Tatto?

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O PT encaminha contrariamente, Sra. Presidente, porque essa mudança demonstra claramente que há um processo de atropelo de uma discussão muito importante para o País.



Muitas dessas instituições que prepararam pareceres contrários ao projeto, com argumentos técnicos importantes, seja na área ambiental, seja na área de saúde, sequer foram ouvidas durante esses 2 anos da Comissão, até porque houve oito audiências públicas. E, mesmo daquelas que foram ouvidas, sequer foram considerados os argumentos técnicos no relatório apresentado pelo Deputado Nishimori.

A mesma coisa está acontecendo agora com relação a essa câmara técnica do Ministério Público. É mais uma enganação, Deputado Nishimori.

Então, por isso, nós encaminhamos contrariamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, nós estamos modernizando uma lei de 50 anos, é preciso que se diga isso.

O PMDB vai votar favoravelmente à inversão de pauta e pede para todos os partidos da base votarem também pela inversão da pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PP?
(Pausa.)

Como vota o PSDB? (Pausa.)

Como vota o DEM? (Pausa.)

Como vota o PR? (Pausa.)

Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Sra. Presidente, primeiro, quero desejar boa tarde a todos. Acredito que hoje teremos uma tarde de muitos debates, e é importante que isso aconteça, pois essa matéria é relevante e precisa ser analisada profundamente.

Como sempre, Deputado Molon, eu vou tentar... Eu conheço V.Exa. e respeito seus posicionamentos, porque sei que estuda as matérias antes de discuti-las. Debater matérias importantes como essa com alguém da qualidade de V.Exa. é importante para o Brasil. Por isso, nós sempre vamos procurar fazer o debate. É claro que respeitarei a opinião de todos, mas não faremos esse debate da vaia, esse debate do deboche, mas sim um debate técnico.

Eu já inicio votando “sim” e tenho uma razão para isso. V.Exa., Deputado Molon, apresentou aqui algumas ponderações da FIOCRUZ, do INCA. Antes de



entrar nesses assuntos específicos, eu começo também com a posição de uma das empresas mais respeitadas do País — isso é notório para todos os partidos, é suprapartidário — e que levou o Brasil ao patamar que está hoje. Refiro-me à EMBRAPA.

Espero...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, vamos continuar os encaminhamentos e, depois, no final, enquanto nós votamos, concederei a palavra a V.Exa.

Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, o PSB vota “não” à inversão dos trabalhos por várias razões, e uma delas o Relator acaba de mencionar. Ele disse: “A ANVISA é *muito competente*”. Por esta razão, nós somos contra o projeto: a ANVISA é contra o projeto.

Há pouco se falou da EMBRAPA. A EMBRAPA pode apresentar um ponto de vista da agricultura, mas essa não é a única questão em jogo. Há outras, tais como: a saúde humana, que é protegida pela FIOCRUZ, pela ANVISA e pelo INCA; o meio ambiente, que é protegido pelo IBAMA e por outros órgãos. Todos estão contra. Há questões constitucionais e legais, e quem as protege é o Ministério Público, que é contra. A Defensoria Pública é contra.

Portanto, esta Casa não pode considerar apenas o parecer de um órgão que só pensa em aumentar a produtividade — papel da EMBRAPA — e desconsiderar o bem maior que esta Casa deve proteger, que é a vida humana.

Por isso, nós votamos “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PRB?
(Pausa.)

Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sra. Presidente, o PDT acredita na necessidade de aprofundamento cada vez maior do debate de uma matéria tão complexa como essa — espero poder estender mais, no mérito, a minha fala posteriormente —, e, neste momento, creio que há alguns equívocos, o que muitas



vezes este Parlamento comete. Eu acho que uma matéria como essa merece e precisa de um profundo debate com a sociedade.

Por isso, o PDT vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o Podemos?
(Pausa.)

Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O PTB encaminha o voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PROS?
(Pausa.)

Como vota o Solidariedade? (Pausa.)

Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, eu aqui falo pelo PCdoB, falo como médica, falo como Parlamentar de 6 mandatos. Sinceramente, nunca vi nada tão acelerado como esse debate que se está fazendo neste período aqui na Câmara dos Deputados, para mudar legislações importantes que preservam o poder do Estado brasileiro, como instrumentos de preservação de direitos e, neste caso em particular, da saúde do povo brasileiro.

Não é verdade que a ANVISA mantém o papel dela, Relator. Eu li e reli várias vezes o relatório. Na realidade, ela fica apenas com o papel homologatório. Se não fosse assim, a ANVISA não daria o parecer contrário ao relatório que aí está em debate e em votação neste momento.

O relatório muda sim o papel da ANVISA, inclusive por isso é inconstitucional, porque o papel fiscalizador do Estado se perde. Ela passa a ter uma condição consultiva dentro do Ministério da Agricultura. A ANVISA perde a avaliação toxicológica de veto e de registros. Então, perde o povo brasileiro e perde a saúde do povo brasileiro.

Por isso, manteremos a posição contrária à inversão. Queremos debater e manteremos aqui a posição de obstrução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PPS?
(Pausa.)

Como vota o PSC? (Pausa.)

Como vota o PSOL?



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sra. Presidenta, a definição aqui é: teremos debate aprofundado ou vamos resolver hoje, aprovando o relatório? Nós queremos o debate aprofundado.

Já que o Relator Nishimori dialogou com o Ministério Público — e isso é muito importante —, quero lembrar que o Ministério Público nos diz em nota técnica “*que é preciso ponderar, nesse projeto de lei, os fatores políticos, econômicos, sociais e regulatórios, bem como os efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente*”. Mas, na visão do Ministério Público, o projeto, tal como está proposto aqui, coloca a submissão do direito à saúde, ao meio ambiente e à defesa do consumidor à ordem econômica, especificamente a um tipo de política agrícola. É disso que se trata e é isso que queremos debater.

Portanto, o nosso voto é “não” a essa celeridade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Chico Alencar.

Como vota o PEN? (Pausa.)

Como vota o PHS? (Pausa.)

Como vota o PV?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidente, eu gostaria que o tempo da representação partidária fosse incorporado a este meu encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. terá mais 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de ler aquilo que foi falado ontem pelo Relator:

Após 2 anos de discussões no Congresso Nacional acerca da proposta apresentada, o debate ainda tem espaço e será garantido com a participação de todos os órgãos envolvidos e da sociedade.

Ora, Sra. Presidente, ontem uma comissão de Deputados e Deputadas da Frente Parlamentar Ambientalista esteve com o Presidente da Casa. Ele, da mesma forma que o Relator, também falou que iria promover uma discussão para tentar encontrar um consenso. Isso tudo foi falado publicamente.



Como nós estamos querendo inverter uma pauta para apressar um processo de uma proposta de lei questionada, de uma lei sobre a qual não se tem o menor consenso, enquanto o próprio Relator, autor do relatório que vamos votar, já disse que a esta lei cabem novos aperfeiçoamentos? Isso é um contrassenso!

Eu tenho falado que, além das questões aqui amplamente já levantadas — a questão do perigo para a saúde pública, a questão do perigo para o meio ambiente —, há uma coisa que não entendo. Por que o agronegócio brasileiro, que é tão interessado na exportação de suas *commodities*, está levantando uma questão como essa que, no fundo, vai servir para seus concorrentes internacionais barrarem produtos brasileiros?

Hoje, Sra. Presidente, caros colegas, para exportar soja da Amazônia é preciso que o produtor prove que essa soja não é oriunda de desmatamento nem legal nem ilegal — a moratória da soja. Hoje, para a exportação de carne bovina, já está sendo negociado para que nenhuma empresa importadora ou que nenhum supermercado compre carne cujo pasto seja oriundo de desmatamento ilegal. Em um momento como esse, nós vamos passar à comunidade internacional a fragilidade da fiscalização sobre agrotóxicos? Eu realmente não entendo isso.

Na discussão desta lei, eu fiquei sabendo, por exemplo, que dos 35 agrotóxicos ou defensivos — seja lá o nome que se dê — usados na soja, 26 são proibidos na União Europeia. Será que nós não estamos dando aos concorrentes internacionais do Brasil as condições para que eles possam barrar os produtos brasileiros? Essa também é uma questão sobre a qual o próprio agronegócio deveria refletir.

Sra. Presidente, eu acredito que todos esses órgãos envolvidos — a FIOCRUZ, a ANVISA, o Ministério Público, a sociedade civil organizada — não estão falando sobre um assunto meramente ideológico e político. Eles estão falando sobre assuntos concretos, que dizem respeito à saúde das pessoas, que dizem respeito à saúde das crianças, que dizem respeito ao meio ambiente.

Então, acho completamente inoportuno. É verdade que essa lei é antiga. Ontem, o próprio Procurador Nívio de Freitas disse que é preciso fazer uma discussão a esse respeito, e eu concordo, mas não da forma que foi feita, em que o



próprio Relator está dizendo que precisa de aperfeiçoamentos, que cabem aperfeiçoamentos.

Então, às vésperas de eleição, aqui há Deputados e Deputadas também que estão com seus nomes expostos hoje a situações que acredito que são até injustas, porque não refletem a realidade daquilo que eles pensam. Mas uma discussão como essa perde o caráter científico e se torna uma discussão política.

Portanto, acredito que é inteiramente inoportuna e fora da realidade a discussão dessa lei neste momento. Peço aos amigos e às amigas, aos companheiros que votem contra a inversão de pauta e, mais, que a Presidente levante essa questão, suspenda esta reunião, para que possamos refletir melhor a esse respeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Sarney.

Como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA- O Governo vota “sim”, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Maioria?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - A Maioria vota “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidente, colegas Deputados, nós encaminhamos o voto “não” porque é nítida a intenção de não se fazer debate. Na semana passada, nós acordamos que ontem haveria um debate. E queríamos, inclusive, que as entidades que não puderam participar das audiências pudessem falar. Quem tem que falar são as entidades, e elas foram impedidas de falar.

Então, nós queremos debate. Irmos direto para o voto significa não querer fazer o debate, e é claro porque não se quer o debate. Aqui ou se está do lado do povo, com comida limpa, ou se está do lado do dinheiro, com agrotóxicos. Não há outro lado: ou é comida limpa do lado do povo, ou é o lado do agronegócio e do veneno!

Nós temos lado. Estamos do lado do povo e do lado da comida limpa!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Oposição?



O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - É interessante que eu até ia fazer uma pergunta para o esclarecimento do porque de não aparecer a Oposição no painel. Regimentalmente, a Oposição também tem direito à palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Mas eu chamei...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Só que não aparece no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vai ser registrado em ata.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Da mesma forma como foi o encaminhamento do PDT e dos demais partidos de oposição, quero aqui registrar novamente, Relator Luiz Nishimori, que é do meu Estado, que não se trata de uma questão de Governo ou Oposição — e vamos aprofundar isso depois —, mas a este requerimento a Oposição vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Nishimori, que a solicitou.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Eu só queria dar um esclarecimento aqui à Deputada Jandira Feghali, que falou a respeito das funções.

Acho que V.Exa. não leu o meu relato. Eu gostaria que V.Exa. lesse o art. 6º, que trata da questão da ANVISA, da saúde, e também o art. 7º, que trata do IBAMA. As funções continuam a mesma coisa. Está muito bem relatado aqui que não muda nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Passamos à votação do requerimento.

Em votação o requerimento de alteração...

Silêncio! Eu queria pedir silêncio.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Calma, nós temos que votar.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu vou iniciar a votação. Depois, abro a palavra a V.Exa., Deputada.

Em votação o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Os Deputados que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram, os contrários queiram se manifestar. (*Pausa.*)



Aprovado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Peço verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Verificação concedida.

Iniciada a votação. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - O PT entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O PSB entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O PV entra em obstrução.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O PCdoB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - A Oposição também está em obstrução. Mas acho que ganhamos essa votação aí. Acho que tivemos maioria aí.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Verificação conjunta.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT está em obstrução, e a Minoria também em obstrução.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O PSOL está em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O PSB também está em obstrução, Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Tem que mudar a indicação do painel para “obstrução”, por favor.

O PCdoB está em obstrução também.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O PV está em obstrução também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O PDT não está em obstrução, não?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sim, eu falei.

O PDT está em obstrução.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, V.Exa. vai abrir a palavra? (Pausa.)

Peço a palavra, Sra. Presidente. (Pausa.)

Eu queria comentar as palavras ditas aqui pelos nossos colegas da Oposição.

Tendo em vista a conversa que tive com o Deputado Sarney, eu gostaria de esclarecer que hoje há 35 produtos usados na soja, 26 dos quais proibidos pela União Europeia. Por que são proibidos? Porque nós levamos de 8 a 10 anos para



register uma nova molécula que passa pela Agência de Vigilância Sanitária — ANVISA, pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério do Meio Ambiente.

A burocracia não permite que se registrem novas moléculas mais modernas. Nós estamos usando este produto aqui, porque não há produtos similares ou há outros que não se usam mais. Como não temos alternativa, nós temos que usar estes produtos aqui. Entretanto, estamos impedidos de exportá-los. Nós não conseguimos exportar frutas porque não temos produtos registrados aqui, por falta de agilidade destes órgãos ambientais, por causa do Ministério, que não o faz.

Nós estamos levando esta questão para o Ministério da Agricultura para que ele possa agilizar este processo, com a participação da ANVISA e do Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, nós estamos perdendo competitividade lá fora, porque nós não temos os produtos que eles aceitam. Nós temos que usá-los aqui no Brasil por falta de similaridade, como acontece no caso da lagarta erigena. Nós não temos nenhum produto registrado aqui. A ex-Presidenta Dilma Rousseff publicou decreto para que importássemos produtos para combater esta lagarta, que deu bilhões em prejuízos para o Brasil.

Gostaria de dizer que, de um lado, está o povo, a comida; do outro, o agrotóxico. Isso é demagogia barata para quem sabe o que é agricultura.

Quem trabalhou com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, como o Deputado que falou há pouco, sabe muito bem que agricultor nenhum, ou quase nenhum, consegue produzir alguma coisa sem aplicar defensivo agrícola.

O Brasil produz 1% na agricultura orgânica. Se dependéssemos disso, estaríamos passando fome, importando produtos. O pior é que nós proibimos certos produtos, mas importamos outros que ninguém fiscaliza. Pode-se usar o produto lá fora, mas não se pode usá-lo aqui. Vejam que barbaridade!

Outra questão irrefutável diz respeito à longevidade das pessoas. Há 30 anos, a média de vida do brasileiro era de 50 anos, hoje são 73 anos. Será que os defensivos agrícolas é que estão trazendo mortandade, câncer, etc.?

Um trabalho realizado pelo Prof. Angelo, na Universidade de Campinas, mostra a participação da toxicologia nestas questões. Eis algumas análises que ele faz: uma pessoa morreu, por ingestão de alimentos, nesses 30 anos. O médico



Angelo Zanaga Trapé, da Faculdade de Ciências Médicas de Campinas, passou 40 anos estudando os efeitos dos defensivos agrícolas, a gestão, bem como quem trabalha na área. Está bem claro o trabalho científico que este pesquisador está fazendo.

Os órgãos são contra isso? Não. A EMBRAPA tem aqui um parecer favorável, e nós precisamos levá-lo em conta, sim. Disseram-me há pouco que nenhum órgão público é favorável. O órgão não produz nada. Quem produz é o agricultor brasileiro. Então, quando alguém não produz nada e quer mandar em quem produz, o Brasil acaba.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, eu quero apenas dizer ao Relator que é muito ruim alguém responder a um Parlamentar que questiona o relatório dizendo que ele não leu o relatório. Eu exijo respeito. Se eu dei uma opinião foi porque eu o li. Eu tenho uma visão do relatório dele, tenho uma interpretação do que está no texto.

Quando V.Exa. quiser me confrontar, confronte-me com argumentos, mas não diga que não li o texto, pois eu o li, estou falando com base no que eu entendo, com base numa análise política e técnica da leitura que eu fiz.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sra. Presidente, quero aproveitar este momento para dizer que, quando se tem uma lei de agrotóxicos — a lei de agrotóxicos de 1989 é uma lei robusta — e quando se fala em melhorar esta lei, trata-se necessariamente de algo errado. O que se tenta é flexibilizar a lei, mesmo depois de se avançar em estudos de saúde pública, na defesa do meio ambiente e de se aperfeiçoarem os defensivos agrícolas. A lei não pode vir para flexibilizar.

O argumento de que existe burocracia e de que é preciso passar por três Ministérios é exatamente o reconhecimento de que só o Ministério da Agricultura, que é um *bunker* da bancada ruralista, é que tem autoridade para mexer nesta lei.



A área ambiental não pesa, não importa. A área de saúde não importa, mesmo sendo do mesmo Governo. A cabeça da ANVISA é nomeada por este Governo, por sinal, golpista. O Ministério do Meio Ambiente é deste Governo, e ele está contra. Alguma coisa está errada.

Fazendo um paralelo, trata-se da mesma coisa quando se diz que a burocracia é a mesma do licenciamento ambiental. Vamos acabar com esse negócio de licenciamento ambiental! Ele atrapalha muito. É o mesmo raciocínio. A bancada ruralista tem o mesmo raciocínio: quer votar aqui o licenciamento ambiental.

Na verdade, nós temos que fazer uma discussão muito mais profunda. Eu não levo em conta que são exportadores, porque grande parte aqui defende os exportadores e não a pequena agricultura ou a agricultura familiar. No exterior, há restrições ao uso de veneno ou de pesticida. Mas nem isso levam em conta.

Na prática, disseram que um professor da UNICAMP disse que só uma pessoa morreu por uso de veneno. Uma pessoa? Quem é este professor? Vamos trazê-lo aqui. Vamos trazer a FIOCRUZ, o INCA e todo o resto da medicina de alto nível no Brasil para vermos quem sabe mais.

Não basta dizer que é preciso flexibilizar para produzir. É a indústria agroquímica que está atrás disso: a Bayer, a Monsanto, a Syngenta. Esta é a questão. Eles querem vender agrotóxico. Isso exige uma estreita relação entre a bancada ruralista e os grandes produtores de veneno!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu gostaria de pedir mais respeito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Este picareta precisa ser retirado daqui. Ele precisa fazer uma autocrítica. Ele é financiado pelo setor de agrotóxicos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, eu estou aqui do lado. O nível de agressão do Deputado é absurdo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Está registrado que estou sendo financiado por agrotóxicos. Ele vai ter que provar isso na Justiça!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Enquanto V.Exas. não se acalmarem e não se respeitarem, eu não vou conceder a palavra a ninguém.



Peço aos que se encontram na terceira fileira que cedam os lugares aos Deputados, para que S.Exas. possam votar.

Passo a palavra ao Deputado Marcos Montes, que a espera gentilmente há mais de meia hora.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Sra. Presidente, acho que a ansiedade e a vontade de todos aqui é ir para o debate sobre a matéria. Quanto mais tempo perdermos com estas manifestações, às vezes, muito emocionais, pior será. Vamos debater a matéria. Há muitas coisas para debatermos.

Quero começar a discussão falando sobre a posição de algumas instituições.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, eu gostaria de entender em qual fase do debate estamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Estou esperando para encerrar a votação. Alguns Deputados querem entrar para votar, mas não há lugar para todos. Portanto, daqui a 5 minutos encerro a votação.

Tem a palavra o Deputado Marcos Montes.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Vou começar falando sobre a posição da EMBRAPA, com um pequeno trecho da nota que ela apresentou: “*É fato notório que o processo de registro de agrotóxicos — fitossanitários — no Brasil é extremamente moroso e precisa de maior celeridade*”.

Antes, porém, quero parabenizar o Deputado Luiz Nishimori não só pelo relatório, mas também pela postura elegante e educada em tratar do assunto, que, polêmico, precisa de equilíbrio emocional para ser discutido. S.Exa. tem mostrado equilíbrio emocional, algo peculiar à raça dele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Qual é a raça dele? Não é a raça humana?

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Deputado Alessandro Molon, eu vou fazer uma discussão técnica.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu não sou o Deputado Alessandro Molon, mas sou da mesma raça de V.Exa. e do Deputado Luiz Nishimori. Este termo é racista. Cuidado!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu também sou da raça humana.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Japonês não é raça.



O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu disse que precisávamos discutir em alto nível. Foi isso que eu disse. As coisas não andam nesta Casa porque as metáforas e as falas bonitas são muito peculiares a alguns Deputados que não apresentam dado positivo nenhum. Eu vou discutir sobre o relatório da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ tecnicamente, Deputado Alessandro Molon. Por isso, escolhi V.Exa. para debatermos. Vou respeitar V.Exa. sempre, como vou respeitar os outros, independentemente da forma agressiva de alguns quando fazem algum comentário.

A questão da FIOCRUZ apresenta uma nota assim. Eu gostaria que V.Exa. visse no quarto parágrafo e vou dizer o que está escrito:

As recentes mudanças na conjuntura política do País impuseram uma série de medidas na seguridade social, observadas principalmente a partir das perdas de direitos presentes na reforma trabalhista, realizada sem um amplo debate com a sociedade brasileira, e pela ameaça de uma reforma previdenciária.

Deputado Alessandro Molon, esta nota tem um componente ideológico e político, ou não? Esta é a Oposição. Depois eu quero a resposta sobre a nota.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O.k.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Há ou não há um componente ideológico e político nesta nota?

Em segundo lugar, eu vou falar sobre a posição do Instituto Nacional de Câncer — INCA, que eu conheço. A Deputada Jandira Feghali falou, e eu respeito S.Exa. também. A Deputada é médica, eu também sou médico — sou médico, Deputada Jandira Feghali, sou anestesiologista. Na minha época, eu era conchedor de Farmacologia, por ser anestesiologista e médico intensivista.

Eu vou falar do INCA. Alguém — o Deputado Alessandro Molon, acho — disse o seguinte: “*não mudar o que aí está*”. Então, pode continuar como está? Eu quero perguntar.

Nós estamos usando agrotóxico ou defensivo. Ela diz que não é para mudar. Nós queremos mudar para modernizar, para avançar. Ela diz claramente que não é para mudar, que é para deixar do jeito que está. O que é “do jeito que está”?



Eu vou chamar aqueles que defendem a agricultura familiar. Nós estamos tentando mudar não só para proteger o cidadão, é claro, sempre protegendo a saúde do cidadão, mas também para proteger principalmente o pequeno produtor, que hoje faz seis aplicações nas suas pequenas propriedades. Se nós modernizarmos, diferentemente do que o INCA falou — ainda não estou entrando na parte médica —, quem sabe ele faz com duas aplicações. É isso que estamos buscando. É isso que queremos mostrar para a sociedade. Da comida que todo mundo põe na mesa dos seus filhos e, aqui, de todos, podem ter certeza de que 90% ou mais de 90% se referem a comidas que o Brasil produz, e nos 90% são usados defensivos agrícolas para nossa produção aumentar.

O INCA está nos dizendo que não devemos mudar a legislação. O INCA não pode dizer isso também. Não mudar a legislação? Se já existe uma legislação que permite o uso de defensivo, o que nós queremos é mudar a legislação, modernizando e barateando os custos. É o contrário do que o Deputado Ivan Valente disse, contrário às próprias empresas, porque as próprias empresas querem vender mais. Nós queremos é comprar menos! O pequeno produtor não tem condições de pagar a quantidade de aplicações que tem.

Se o próprio INCA recomenda que não se mude, então vamos continuar como estamos. Vamos fazer seis aplicações, com a mesma quantidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Marcos Montes...

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - É o tempo, não é, Sra. Presidente? Está bem. Desculpe-me. Eu vou encerrar e depois volto a falar. Desculpe-me o excesso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Agora eu vou abrir o painel para o resultado da votação. Depois, encerro a votação.

Resultado da votação: "sim", 14; "abstenção", 1.

Está aprovado o requerimento.

Vamos inverter a pauta. Declaro prejudicados os demais requerimentos de inversão da ordem dos trabalhos e os respectivos requerimentos de votação nominal.

Passamos agora à Ordem do Dia.



O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidenta, nós estamos diante de uma situação que eu considero gravíssima. Por quê? O art. 50 coloca claramente que uma parte das nossas reuniões de Comissão é o expediente. No expediente, tem que haver a sinopse da correspondência, de outros documentos recebidos e da agenda da Comissão.

As entidades que queriam fazer o debate trouxeram aqui um conjunto de documentos do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, da ANVISA, do IBAMA, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, da FIOCRUZ, do INCA, da Defensoria Pública da União, do Conselho Nacional de Saúde e do Fórum Baiano de Combate aos Impactos de Agrotóxico, além de outros documentos.

Eu queria chamar a atenção dos colegas Deputados para o que apareceu agora. Neste momento, dois Deputados citaram um documento da EMBRAPA. Eu pergunto à Mesa: a EMBRAPA recebeu esse documento? Eu não recebi. Então, neste momento, eu quero saber, primeiro, se esse documento da EMBRAPA chegou à Mesa. Se esse documento da EMBRAPA não tiver chegado à Mesa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, não cabe o expediente agora. Nós estamos na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidente, eu estou no meu tempo, faltam 3 minutos. Eu preciso dar esta informação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero saber, primeiro, a resposta de V.Exa. e do Relator.

Srs. Deputados, é gravíssimo o que estamos ouvindo aqui! Nós queremos fazer o debate, mas não tivemos o documento da EMBRAPA. Agora dois Deputados fazem a citação.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não cabe discussão da decisão, Sra. Presidente!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, nós não temos o documento de nenhuma outra entidade aqui.



O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Primeiro, eu quero saber se há ou se não há o documento da EMBRAPA. Eu estou me dirigindo à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu não tenho o documento da EMBRAPA na mesa, nem outros que V.Exas. apresentaram. Eu só tenho o ofício do Ministério Público Federal e o ofício da ANVISA. Os documentos da FIOCRUZ e outros não estão na Comissão e foram lidos por outros Deputados. Nem o documento da EMBRAPA nós temos aqui.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero o documento neste momento. Antes de qualquer debate, quero o documento oficial da EMBRAPA. Se a EMBRAPA não oferecer esse documento, nós não poderemos fazer o debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, o documento não está sobre a mesa. Ele pode ter chegado agora. Nós não estamos neste momento. Eu não vou suspender a reunião. Nós estamos na Ordem do Dia e aprovamos a inversão de pauta. O momento do expediente será outro, e V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - No site da EMBRAPA, esse documento não está disponibilizado. Eu quero saber se temos esse documento da EMBRAPA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O Deputado Covatti Filho tinha a palavra, mas não está mais presente.

Passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, quero contraditar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não precisa contraditar. Ela já deferiu a questão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Diz o texto:

Art. 50

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, para tratar de matéria em regime de urgência, de prioridade ou de tramitação ordinária, ou ainda no caso de comparecimento de Ministro de Estado



A ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, para tratar de matéria em regime de urgência, de prioridade ou de tramitação ordinária, ou no caso de comparecimento de Ministro de Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É matéria vencida, Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É isso que eles estão falando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - É matéria vencida. Vamos para a Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa o requerimento de inclusão de matéria extrapauta, de iniciativa do Deputado Alessandro Molon e outros, que passo a ler.

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 52, § 5º, combinado com o art. 117, caput, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão do Requerimento nº 51/18 na Ordem do Dia desta data para apreciação imediata.

Com a palavra o Deputado Padre João, para encaminhar a favor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon. Em seguida, falará o Deputado Padre João.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sra. Presidente, gostaria apenas de justificar uma matéria tão complexa que nós vimos seguindo...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Espere um pouco, Deputado Padre João.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Eu tenho dois projetos apensados: o Projeto de Lei nº 461, que trata das imagens, e o Projeto de Lei nº 958, que diz respeito ao receituário agronômico.

Sra. Presidente, só para justificar, eu aferi...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Não se trata de questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Eu quero registrar...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. pode registrar depois que o Deputado Molon fizer o encaminhamento a favor.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Trata-se da questão humana. Como eu vou explicar para tantos organismos de luta, para o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, a Defensoria da União que eu sou contra?

Eu tenho que me retirar. Eu aferi aqui a febre: 40 graus. Há 1 mês, estou com uma infecção muito forte, que não estou conseguindo controlar. Portanto, tenho insistido, sobretudo aqui, mas gostaria de contar com a compreensão de todos os segmentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada, Deputado. Desejo melhorias a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Molon, para encaminhar a favor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sra. Presidente, nós queremos que esse requerimento seja incluído e votado na Ordem do Dia, para que seja feita uma audiência e haja uma posição clara dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente sobre o parecer do Relator, já que nenhum dos dois Ministérios foi ouvido aqui. Nós queremos realizar esta audiência pública.

O Ministério da Saúde não enviou nenhum representante para falar em nome do Ministério. O Ministério do Meio Ambiente não pôde enviar representantes para falar em nome do Ministério. Como aprovar o pacote do veneno sem ouvir o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente? Nós não queremos isso!

Para continuar o debate com o Deputado Marcos Montes, quero citar alguns trechos da nota técnica do INCA.

Veja, Deputado, o que diz a nota técnica: “*Nessa perspectiva, o objetivo deste documento é apresentar o posicionamento do INCA sobre o Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, a fim de garantir que o Marco Legal dos Agrotóxicos, isto é, a Lei nº 7.802, de 1989*”, em vigor, não seja alterado e flexibilizado, como V.Exa. disse, uma vez que tal modificação colocará em risco as populações.

Veja, V.Exa., que o INCA não é contra a mudança da lei, o INCA é contra a mudança da lei para pior, o INCA é a favor de mudar a lei para melhor. O que o



INCA está dizendo é: este parecer do Relator aumenta o risco para a população brasileira. Por quê? Exatamente por aquele trecho que o próprio Relator leu: o art. 4º, § 3º.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Deputado Alessandro Molon...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu vou só concluir. Não posso dar aparte, senão vou perder o raciocínio, mas depois ouvirei V.Exa. com muito prazer.

Sra. Presidente, a atual Lei dos Agrotóxicos proíbe o registro de substâncias que possam causar câncer, má-formação fetal ou mutação genética. O parecer do Relator permite que essas substâncias sejam registradas. Isso está na nota técnica do INCA. O Relator substitui a identificação do perigo — o conceito atual é: se existe o perigo, a substância não pode ser registrada — pela análise de riscos.

Ele mesmo leu o termo “risco inaceitável”. Então, o Relator considera que há um risco aceitável de câncer, mutação genética e má-formação fetal. Isso que é gravíssimo! Este é um dos pontos. Há outros pontos, mas este é um dos mais graves.

Atualmente, substâncias que possam causar câncer não podem ser registradas. O Relator está mudando isso. Ele diz que podem ser registradas substâncias, desde que, se usadas do jeito adequado, o risco de causar câncer seja um risco aceitável. Para nós, isso é inaceitável! Esse é o ponto.

Portanto, aqui temos um ponto claro, cristalino, evidente. A nota do INCA diz isso. Por quê? Os agrotóxicos afetam gravemente a saúde humana, causando infertilidade, aborto, impotência, má-formação, neurotoxicidade manifestada através de distúrbios cognitivos e comportamentais, quadros de neuropatia, desregulação hormonal, ocorrendo também em adolescentes, causando impacto negativo sobre o seu crescimento e desenvolvimento, dentre outros desfechos durante esse período.

Sra. Presidente, há estudos técnicos que associam o uso de agrotóxicos até mesmo a taxas de suicídio. Eu recebi uma pesquisa de um cientista do Rio Grande do Sul mostrando isso.

Então, isso não é brincadeira, não é uma besteira, não é uma bobagem, não é um detalhe. Essa discussão não tem que ser partidizada. Este não é um debate de Governo e Oposição, de direita e de esquerda. Este é um debate técnico.



Por isso, nós estamos fazendo um debate mostrando a posição do Instituto Nacional de Câncer. Eles é que pesquisam isso. Eles é que são pagos por nós para pesquisar isso. Eles estão dizendo: “*Não façam isso, porque o câncer no Brasil vai aumentar!*” Como é que nós vamos aprovar isso?

A FIOCRUZ, que também é especializada em fazer esse tipo de pesquisa, diz: “*Não façam essa alteração*”. Como é que nós vamos aprovar isso? A ANVISA está dizendo: “*Não aprovem essa lei!*” Como é que nós vamos aprovar essa lei? Nós temos que ter responsabilidade, Sra. Presidente.

Por isso, vamos fazer a audiência pública!

Eu peço o voto “sim” ao requerimento de inclusão extrapauta que acabo de defender.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Para encaminhar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Marcos Montes, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Sra. Presidente, eu vou passar a palavra ao Deputado Heinze, que me pediu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Então, para encaminhar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Encaminhamos contra o requerimento, Sra. Presidente. É só isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Deixe-me só trazer um argumento sobre esse ponto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos à orientação de bancada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos ao encaminhamento. Vamos votar, para começarmos o debate. Essa obstrução é que está impedindo o debate. Nós queremos entrar na fase de debates. Vamos votar o requerimento.

Vamos à orientação de bancada, por 1 minuto para cada partido.

Como vota o PT?



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, o PT encaminha favoravelmente.

Está demonstrado aqui, inclusive neste relatório da EMBRAPA que chegou de última hora, que o prazo de 1 ano colocado no relatório é uma coisa muito séria, que traz muito risco. Isso mostra o tamanho da irresponsabilidade desse relatório.

Não é possível que não tenhamos a oportunidade de fazer o debate com instituições sérias como o INCA, a FIOCRUZ, o IBAMA, a ANVISA. Precisamos fazer um debate técnico, para mostrar que esse relatório vai na linha da flexibilização da legislação de tal forma que teremos mais veneno nos nossos alimentos. Hoje a nossa legislação precisa avançar. Os outros países estão indo na direção de restringir o uso e avançar em pesquisas na área da biologia.

O PT encaminha favoravelmente, para que haja mais debate, porque este projeto, na verdade, só interessa às empresas produtoras e distribuidoras de veneno.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não”, Sra. Presidente.

Nós também não temos relatório de qualquer outra entidade. Eu não recebi nenhum relatório. Não há por que ficarmos discutindo esse assunto.

O PMDB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PSDB?
(Pausa.)

Como vota o DEM? (Pausa.)

Como vota o PR? (Pausa.)

Como vota o PSD? (Pausa.)

Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sra. Presidente, colegas Deputados, está aqui o Deputado Alessandro Molon, o proponente desta audiência pública para um debate ampliado e mais qualificado, que aprofunda esta questão muito importante.



Nós queremos reiterar o pedido para que todos olhem a grandeza deste projeto. Como foi dito aqui, a lei já é antiga, mas o projeto também não é novo. Muitas coisas aconteceram ao longo desse tempo. Certamente, com essa discussão que faremos aqui, trazendo pessoas que conhecem esse assunto e que trabalham nisso todo santo dia, vamos ter mais condições de fazer um debate qualificado, trazendo à luz da discussão aquilo que efetivamente precisamos.

Portanto, nós queremos que haja um debate maior e votamos favoravelmente ao requerimento do colega Deputado Alessandro Molon.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - O PRB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sra. Presidente, o PDT vota “sim”.

Eu pedi a palavra anteriormente para fazer uma declaração de voto. No momento de digitar o meu voto, um momento mais tenso — não significa que eu tenha me assustado, pois já estou acostumado a isso —, acho que eu votei “abstêncio”, e o meu voto anterior era “obstrução”.

Então, eu queria fazer essa declaração do meu voto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Isso vai ser colocado em ata, Deputado.

O PDT vota “sim”.

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTSON - O PTB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, impedir a audiência pública, como foi impedida, durante o processo da Comissão, a ausculta de entidades vinculadas tecnicamente a esse tema, é não querer debater de fato. Talvez isso seja medo dos argumentos óbvios, dos argumentos claros. Há um



desprezo, de fato, pelo argumento, pelo debate claro, pelo debate explícito. São interesses econômicos acima e em detrimento da vida das pessoas.

Por que não ouvir o Ministério da Saúde? Por que não ouvir o Ministério do Meio Ambiente? Por que não ouvir as entidades? Como é que se atropela um processo da forma como se está atropelando aqui?

O Relator nos mandou ler o art. 6º. Está escrito no inciso IV do art. 6º: “*homologar a avaliação de risco toxicológico*”. Isso está escrito aqui. Ninguém está inventando nada. Ele que leia o relatório! Ele não escreveu o relatório? Alguém escreveu por ele? Ele que leia a relatório dele! Então, ele não escreveu e não leu, porque, se lesse, não me mandaria ler.

Nós encaminharemos “sim”, porque é um absurdo não querer ouvir e não debater coisas óbvias, claras e tão contundentes como as que estão nesse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PPS?
(Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu peço muita atenção a todos os que estão acompanhando esta simples votação para vermos a disposição ao debate e ao aprofundamento da questão e a responsabilidade de cada partido e de cada Parlamentar.

O que se está pedindo é que se inclua no trabalho desta Comissão uma audiência pública com o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Aparentemente, a maioria — neste momento, acho que há um empate, com o nosso voto “sim” — está dizendo que não quer debater.

Nós vamos denunciar o projeto do Relator, em que ele apequena o controle dos órgãos públicos de defesa da saúde da população. Está detalhado aqui...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, o PT muda para “obstrução”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PEN?
(Pausa.)

Como vota o PHS? (Pausa.)

Como vota o PV? (Pausa.)



Como vota o Governo? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sra. Presidente, o PSB muda para “obstrução”.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - O Governo vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Maioria? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - O PSL vota “não”.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - A Maioria vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Olhando de perto, o que, de fato, o Deputado Alessandro Molon está propondo? Deputados, S.Exa. está propondo que nós ouçamos o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente. No Governo, há posições diferenciadas. O IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde são contra este projeto. Então, Deputados da base do Governo, lembrem-se de que V.Exas. estão desobedecendo aos órgãos do Governo.

O Secretário Rangel, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA, disse que é inviável, em qualquer lugar do mundo, fazer o registro conforme os novos procedimentos que V.Exas. estão querendo propor.

É esse o debate que nós queremos. Por que V.Exas. fogem do debate? Aqui se trata ou de veneno e dinheiro para os grandes ou de comida limpa. Eu quero debater...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota a Oposição?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT muda para “obstrução”.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A Minoria está em “obstrução”.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O PCdoB muda para “obstrução”.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pelo debate democrático, o PSOL vai para “obstrução”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Esta votação tem que ser nominal e não pode ocorrer de outra maneira.

Vamos passar à votação pelo painel eletrônico.



A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu vou dar a palavra para aqueles que queiram se inscrever.

Estão inscritos o Deputado Heinze, o Deputado João Daniel, o Deputado Alessandro Molon, o Deputado Evandro Roman, o Deputado Colatto, o Deputado Chico Alencar, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Bohn Gass.

Tem a palavra o Deputado Heinze, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, não é que nós queiramos fugir do debate. Nós sabemos, notadamente, que eles querem avançar no processo para que não se vote essa matéria. Nós estamos evoluindo no processo.

A crítica que eu faço aqui, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é àquelas pessoas que falam mal...

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu peço silêncio enquanto os Deputados estão falando, senão eu vou pedir que retirem as pessoas, porque nós precisamos debater. Eu acho que vocês estão aqui para ouvir os dois lados. Então, por favor, façam silêncio, senão eu vou pedir à Segurança que retire todos os participantes.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A minha preocupação, Sra. Presidente, é falarem mal do Brasil. O único setor que está segurando este País nas costas é o da agricultura, da pecuária, da produção, de pequena, de média ou de grande propriedade. Esse é o setor que está segurando o Brasil neste momento em que todos os setores estão tendo crescimento negativo. O setor que deu crescimento positivo foi o do agronegócio.

O que a mídia está colocando ultimamente é que nós somos o pior país do mundo para produzir alimentos. O Brasil é o maior exportador de soja do mundo, é o maior exportador de boi do mundo, é o maior exportador de frango do mundo, é o



quarto maior exportador de suíno do mundo, é o maior exportador de fumo do mundo. Enfim, nós somos maiores e tomamos esse mercado de alguém.

Alguns colegas, aqui, estão falando mal do Brasil, como se, aos olhos do mundo, este fosse o pior país para produzir, mas nós vendemos para a Europa, para a Ásia, que compram a nossa produção.

Dizem que nós não queremos ouvir o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, a ANVISA, mas se trata de uma câmara técnica. Esse processo vai passar pela ANVISA e vai passar pelo Ministério do Meio Ambiente, não só pelo Ministério da Agricultura. Então, é uma mentira dizer que queremos isolar a ANVISA.

Se o assunto é só sobre a agricultura, é nela que se decide. Funciona assim nos Estados Unidos. Funciona assim na Europa. Funciona assim nos países mais modernos em termos de registro.

Também dizem que nós estamos atrelados às multinacionais. As grandes empresas que têm interesse no Brasil chegam a levar 8 anos para registrar uma molécula. São 5 anos, 6 anos, 7 anos, 8 anos, Deputado Nishimori! Em grande parte dos países, isso demora 6 meses, 7 meses. Assim funciona na Europa, assim funciona nos Estados Unidos. Essa é uma questão.

Além disso, dizem que nós consumimos 5 quilos de veneno por habitante — imaginem! Pelo amor de Deus, isso não existe! Isso mata qualquer um! Cinco quilos é um absurdo! Mas, na mídia, está estampado que, no Brasil, se consomem 5 quilos de veneno. Mais da metade da população brasileira já teria morrido! Hoje a expectativa de vida no Brasil é de 74 anos.

Falam também da questão do câncer. Na Colômbia, consomem 15 quilos por hectare; no Japão, 12,95 quilos por hectare. O Japão, terra dos seus ancestrais, Deputado Luiz Nishimori, consome 12,95 quilos por hectare. A expectativa de vida no Japão é de 84 anos. Não há ligação de uma situação com a outra. No Brasil, o consumo é de 3,54 quilos por hectare; no Japão, 12,95 quilos; na Colômbia, 15 quilos. Na Dinamarca, o consumo é de 1,49 quilo e há 338 casos de câncer por 100 mil habitantes.

Portanto, não há ligação com o uso de defensivo. Muita gente diz: “É o uso de defensivo!” Não é isso. É importante que a população entenda e que a própria mídia divulgue esses casos.



Não somos a favor das multinacionais. As grandes multinacionais é que têm interesse em levar 10 anos para registrar um produto. O que queremos? O genérico! Está tudo travado em cima de uma legislação arcaica e atrasada.

Eu apresentei projeto em 1999, 2000, e está incorporado aqui. O Blairo, no início do processo, apresentou o dele, em 2001, 2002. Então, nós queremos a modernização há 20 anos.

No Brasil, o que está dando certo é o setor do agronegócio. Eu lamento que brasileiros que estão aqui dentro falem mal do Brasil. Foi assim na discussão do Código Florestal. Nenhum país, Deputado Valdir Colatto, Deputado Marcon, tem uma legislação tão restritiva como temos no Brasil — nenhum país do mundo! O país que mais protege isso é o nosso. A agricultura está dentro das propriedades rurais. Os dados da EMBRAPA mostram isso.

Lamento quando falam mal do Brasil, porque o agronegócio é o único setor que está dando certo neste País.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Luis Carlos Heinze.

Passo a palavra para o Deputado João Daniel, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu não comprehendo como a bancada ruralista tem interesse em prejudicar o agronegócio e a exportação brasileira, neste momento, com a aprovação deste projeto.

Nós poderíamos dizer que somos contra por defender um projeto diferente, de agroecologia, de alimentação saudável, mas o que está sendo feito aqui está sendo visto no mundo inteiro. A sociedade, em todos os continentes, sabe que quem está por trás desse relatório e da aprovação deste projeto é a indústria farmacêutica, que mais cresce no mundo, que é produzida pelas empresas de agrotóxicos. Seis multinacionais prepararam esse relatório que está na mesa! Quem está por trás disso são as multinacionais do agronegócio mundial.

A bancada ruralista é a mais entreguista da história deste País! Não está nem aí para a imagem do Brasil em relação aos agrotóxicos, aos venenos.

Os dados existem, são científicos, e hoje nós estamos servindo para um grande debate internacional. Por que o Brasil consome tanto agrotóxicos que, nos



chamados países desenvolvidos, são proibidos? E são proibidos porque lá há legislação e há um Estado que exige o cumprimento dela. Mas nós estamos vivendo em um Estado de golpe. O Estado não olha para as questões da saúde ou para as questões ambientais. Aqui só se fala em diminuir o papel do Estado, seja na área ambiental, seja com relação aos agrotóxicos, para liberar geral.

O PL 6.299 é vergonhoso, é antinacional, é entreguista, é imoral, é contrário à saúde pública brasileira. E ele atrapalha os produtores brasileiros que exportam.

Quero entregar à Presidenta, assim que ela retornar, mais de dez documentos e notas técnicas a respeito.

Nós ficamos impressionados. Por que vocês não aceitam o debate? Qual é o problema de alguém da EMBRAPA vir aqui falar sobre o pacote do PL 6.299? Aceitem que nós indiquemos outro representante da EMBRAPA para o debate. Vocês não têm coragem de se sentar à mesa. Vocês são contrários a qualquer debate. Vocês são um rolo compressor que chega aqui e impõe, vota com a maioria, sem nenhum compromisso ambiental, sem nenhum compromisso com a saúde pública, sem nenhum compromisso com a agricultura, com a pecuária e com o agronegócio brasileiros. Vocês têm compromisso com seis empresas internacionais que estão lucrando. Elas produzem venenos e produtos farmacêuticos que matam, que causam câncer à população brasileira.

As merendas das escolas estão poluídas de agrotóxicos. As mães estão amamentando os filhos com veneno — está comprovado que o leite materno se contamina com o agrotóxico. Além disso, há doenças sendo causadas aos bebês antes mesmo do nascimento deles. Mas é preciso tapar o sol com a peneira e dizer que o PL 6.299 vai melhorar a alimentação. Mas vai melhorar é a situação de seis empresas vendedoras de veneno.

Este projeto está servindo a interesses. Por trás de tudo isso, estão as próximas eleições, que serão bancadas por essas empresas, para continuarem a mandar nesta Casa, com a maioria golpista de direita, comprometida com as empresas multinacionais, que só visam ao lucro e não têm respeito para com a saúde e para com o povo brasileiro, assim como para com a sociedade do mundo inteiro.



Assim que a Presidenta chegar, Sr. Presidente, eu quero entregar a S.Exa. notas técnicas de mais de dez entidades da sociedade brasileira, entre elas a FIOCRUZ, o Ministério Público do Trabalho e tantas outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Deputado, por favor, encerre. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu li a nota técnica da EMBRAPA, e é a ela que eu quero me referir. Eu acabei de recebê-la aqui, eu a li e dela vou tratar. Eu quero destacar alguns pontos que contradizem, por exemplo, a fala do Deputado Luis Carlos Heinze. S.Exa., há pouco, disse que, se o assunto é da agricultura, é ela que deveria decidir.

Vejam o que diz a EMBRAPA:

Entretanto, é importante salientar que a atuação dos órgãos de saúde e meio ambiente no processo regulatório é essencial para garantir a segurança do uso destes produtos para a saúde humana e o meio ambiente. Assim, é importante que se busque um equilíbrio institucional (...).

Está na página 3.

Portanto, não é um assunto só da agricultura nem mesmo na opinião da EMBRAPA. Nós já sabemos disso. E nem a EMBRAPA acha isso.

Segundo, foi dito aqui que a nossa legislação é a mais conservadora, retrógrada ou rígida. Vejam o que diz a nota técnica da EMBRAPA sobre o projeto de lei em debate:

Elimina-se qualquer critério de exclusão baseado no perigo, como a carcinogenicidade e a mutagenicidade. Este é um ponto fundamental da proposta e que merece ser debatido em profundidade (...).

A EMBRAPA está contra essa mudança do critério de perigo para análise de risco, e cita como exemplo, mais seguro do que isso, a União Europeia. Então, a própria EMBRAPA diz que, do jeito que se quer colocar, vai ficar muito abaixo da



União Europeia. Portanto, isso pode prejudicar até as exportações brasileiras. Repito, é a opinião da EMBRAPA; não é a opinião da ANVISA ou da FIOCRUZ. Essas já são totalmente contrárias. Mesmo a EMBRAPA, que foi dito aqui que apoia o projeto, diz que há pontos positivos, mas há vários pontos polêmicos e negativos.

Querem ver outro exemplo? Diz assim:

Assim, dadas as características ainda presentes em nosso país, com a existência de grande contingente de produtores com baixo perfil tecnológico e problemas na fiscalização de venda e uso de produtos fitossanitários — o veneno —, é necessário maior cuidado na disponibilização de produtos com perfil de maior risco, sem a implementação de outras práticas que garantam o correto uso dos produtos conforme preconizado nas boas práticas agrícolas.

O que a EMBRAPA está dizendo? Conhecendo o campo brasileiro e vendo como ele funciona, não é razoável adotar esse tipo de projeto de lei. Ele vai aumentar o risco dos produtores. É a EMBRAPA que está dizendo. Então, vejam, a única nota técnica que foi apresentada como favorável ao projeto apresenta vários problemas.

Querem ver outro problema destacado na nota técnica da EMBRAPA? O prazo de 1 ano. A própria EMBRAPA diz:

O prazo de um ano para o registro de novos produtos, por exemplo, não parece ser suficiente para finalizar todas as avaliações necessárias — inclusive que dizem respeito à saúde, ao meio ambiente, segundo a EMBRAPA — e é inferior aos prazos de registro de países com estruturas regulatórias consistentes.

Ou seja, países mais avançados do que o nosso têm um prazo maior do que 1 ano. Aqui, querem estabelecer 1 ano. Se o produto não for aprovado em 1 ano, tem que ser liberado. Se não for aprovado em 1 ano, por decurso do prazo, pode ser usado. Isso não existe! Isso não é razoável!



O projeto não está redondo para ser votado. Não tem como votá-lo, nem segundo a EMBRAPA, que é a única favorável. Nem a única favorável acha que está bom. Vejam V.Exas. como é importante a audiência pública, os debates e até as notas técnicas.

Relator, outro problema, segundo a EMBRAPA:

Por fim, observa-se que no PL não são estabelecidos prazos de reavaliação dos produtos fitossanitários registrados. Esta é uma medida que vem sendo utilizada pela maioria dos países desenvolvidos e que possuem um robusto sistema regulatório.

Ou seja, isso tem que ser reavaliado também.

Portanto, a EMBRAPA está dizendo que há muitos problemas no projeto.

Por essa razão, Sr. Presidente, vamos suspender a sessão de hoje, permitir ao Relator que recolha todas as sugestões e apresente novo relatório. É o melhor para o processo de debate. Este é o nosso apelo ao Relator e a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado.

Está encerrada a votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Está registrado, Deputado.

Vamos proceder à apuração dos votos, mas o voto “não” do Deputado Luiz Carlos Hauly.

(Processo de apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Foram apurados 15 votos “não”.

O Deputado Domingos chegou atrasado. Nós acabamos de encerrar esta votação.

Repto, foram 15 votos “não”.

Está rejeitado o requerimento.

Há outro requerimento, do Deputado Nilto Tatto, que está prejudicado, porque já foi rejeitado. O requerimento é idêntico ao apresentado na reunião do dia 8 de maio de 2018, nos termos do § 2º do art. 186.



Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, de iniciativa do Deputado Alessandro Molon, que passo a ler:

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, “c”, combinado com o art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta do PL 6.299/02

Sala das Sessões

Deputado Alessandro Molon

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, que é autor do requerimento, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Presidente.

Nesta oportunidade, eu quero atacar outros dois argumentos que estão sendo usados para tentar justificar a aprovação deste projeto. O primeiro argumento é o da produtividade; o segundo argumento é o da celeridade para o registro de agrotóxicos.

Os colegas dizem que os processos para registro de agrotóxicos são extremamente morosos no Brasil, e eles têm razão. Eu não tenho dúvida de que, de fato, do jeito que o registro vem funcionando, ele não está a contento. Ele demora mais tempo do que deveria, porque os órgãos de controle não têm a estrutura mínima necessária.

A solução para resolver o problema da morosidade não é acabar com os cuidados que protegem a saúde humana e o meio ambiente. A saída para resolver o problema da morosidade é dotar os órgãos responsáveis pelo registro dos agrotóxicos de pessoal preparado, qualificado e bem remunerado, por meio de concurso público, e dar a eles condições de trabalho, para que cumpram essa tarefa em tempo razoável.

A solução não é fazer um remendo. Se o registro do agrotóxico está demorando muito, não vamos nos preocupar se ele causa câncer ou não? Vamos esquecer isso? Se está demorando muito para fazer o registro, então não se consulta o IBAMA? Se fizer mal ao meio ambiente, tudo bem? Se está demorando muito para fazer o registro e o problema é a ANVISA, vamos tirar a ANVISA da jogada? Isso está errado.



Qual é a maneira correta de fazer funcionar? Por que está demorando? Está faltando servidor público? Está faltando computador? Está faltando pesquisa? Está faltando ciência? Vamos dotar o Estado de pessoas com condições de atender às demandas num prazo razoável. Então, a solução não é tornar menos cuidadoso o processo de registro, mas dar condições ao Estado para que proteja a nossa saúde.

O que está em risco aqui é a nossa saúde, é a qualidade da água que vamos beber, é a qualidade da comida que vamos comer. Então, a morosidade não se resolve nem ao extinguir a exigência do registro nem ao torná-lo menos cuidadoso e responsável. A morosidade é resolvida quando se qualifica o Estado, quando se dota o Estado de recursos humanos e técnicos para atender, num prazo razoável, as necessidades de proteger a saúde de toda a população, inclusive a nossa.

Outro argumento é a produtividade. É dito que, se o uso de agrotóxicos não for facilitado, não será possível produzir comida suficiente para as pessoas se alimentarem. Esse argumento é falso. A Organização das Nações Unidas já provou, por meio de artigo publicado, que é falsa a ideia de que o uso de agrotóxicos é fundamental para garantir o atendimento das necessidades humanas. A agroecologia é capaz de ter alta produtividade. É possível produzir muito e com qualidade.

Então, não se trata da escolha: ou se produz muito e muito envenenado ou se produz pouco e limpo. Não! É possível produzir muito e de forma saudável. A agroecologia tem saídas para isso. A ciência já provou isso. Há experiências que ocorrem no Brasil que provam isso. É preciso, entretanto, criar escala para que isso aconteça. Esse deveria ser o nosso esforço aqui. Como vamos garantir mais agroecologia no Brasil e menos veneno?

Eu digo com sinceridade, e não ironicamente: se eu fosse produtor rural, eu gostaria que o meu produto fosse visto no mundo como o mais saudável possível; eu gostaria que o meu produto valesse mais por dar às pessoas segurança ao comprá-lo. A União Europeia faz exigências que não vamos atender se esse projeto for aprovado, e isso prejudica as exportações brasileiras. Até do ponto de vista do agronegócio isso é ruim. Isso aqui pode ser bom para quem vende o agrotóxico, mas não é bom para quem quer produzir e ganhar dinheiro produzindo.



Não somos contra a produtividade, mas nós queremos uma produtividade saudável. Não queremos contaminar nossas águas, nossos rios, nossas terras, nosso ar e as pessoas. Quem vai ser contaminado são as pessoas. Se aumentar a quantidade de veneno que vai para as plantas, depois ele vai para o prato. Então, isso mexe com a saúde humana.

Por isso, nós queremos retirar a proposta de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Deputado Alessandro Molon, muito obrigado pela colaboração, mais uma vez. Se V.Exa. permitir, eu vou mostrar através de um gráfico por que esse registro demora de 3 a 8 anos.

Aqui eu mostro como funciona a fila, que é única pela entrada. (*Exibe gráfico.*) Hoje, mais de 2 mil produtos estão na fila, e isso dificulta a análise pela ANVISA, que é muito competente e rígida.

Não sei se V.Exa. enxerga essa faixa vermelha e essa verde.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Se V.Exa. puder, leia, porque não conseguimos enxergar.

O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI - Eu vou ler então.

Esta parte mostra 50 glifosatos de empresas diferentes. O glifosato já é usado há mais de 40 anos. Este quadro verde seria o herbicida 2,4-D de empresas diferentes. Eu quero dizer o seguinte: mesmos produtos e mesmos princípios ativos estão trancando a fila. Novos produtos contra a mosca branca ou contra a ferrugem estão aqui no meio. Então, o que acontece? Se houver 2 mil produtos, 1.950 produtos são idênticos e ficam trancando a fila.

Ao se propor o prazo de 1 ano apenas, pelo menos esses produtos vão sair da fila. Nós vamos deixar a ANVISA analisar novas substâncias, novos produtos. Isso, lógico, vai diminuir a fila. Esse é um dos nossos motivos. Não podemos continuar dessa maneira.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Relator, tenho uma dúvida. A ANVISA informa que não há...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Para encaminhar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Marcos Montes.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, quero tirar uma dúvida com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Pois não, Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É uma coisa rápida.

A ANVISA informa que não há fila única. A informação que a Assessoria Técnica da ANVISA acaba de me passar é que não há fila única na ANVISA.

Então, pergunto a V.Exa.: essa fila a que V.Exa. se refere é de onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Tem a palavra o Deputado Marcos Montes para encaminhar contra o requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Presidente, eu encaminho “não” ao requerimento.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Orientação de bancada.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu pedi a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Orientação de bancada.

Como vota o PT?

Já estamos em votação, companheiro.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O § 1º do art. 117, que trata desse tipo de requerimento, determina:

Os requerimentos previstos neste artigo não sofrerão discussão, só poderão ter sua votação encaminhada pelo Autor e pelos Líderes, por cinco minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico.

Então, eu solicito que os Líderes possam encaminhar a discussão desse requerimento de retirada de pauta.

Pela Liderança do PT, eu queria já me inscrever para encaminhar.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Primeiro, a questão de ordem deve ser deferida ou indeferida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Qual o artigo? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É o art. 117, § 1º. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Cito o art. 192, § 8º:

Não terão encaminhamento de votação as eleições; nos requerimentos, quando cabível, é limitado ao signatário e a um orador contrário.

Portanto, indefiro a questão de ordem.

Como vota o PT, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Tenho uma consulta agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, V.Exa. tem 1 minuto para seu voto. Se não votar, vou passar a palavra ao MDB.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, muito obrigado pela sua ação democrática. Há dois artigos conflitantes, e V.Exa. nem me respondeu. Isso mostra a forma como querem aprovar esse relatório.

Vocês não reconhecem nem ouvem o Ministério da Agricultura, que declara nitidamente — está nos jornais — que, se aprovado este relatório, o Ministério da Agricultura não estará preparado para dar conta do trabalho que será levado para lá. Vocês vão numa perspectiva de diminuir a estrutura do Estado, da ANVISA e do IBAMA. Para V.Exas. terem uma ideia, há 1.800 pedidos de registro de agrotóxico aprovados no IBAMA, e as empresas sequer os utilizam. Então, é balela, é mentira esse discurso de que isso é demorado. O que V.Exas. querem é fazer...

(*Desligamento automático do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o MDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O MDB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PT?
(Pausa.)

Como vota o PSDB?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O PSDB vota “não”.

Como vota o DEM? (Pausa.)



Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - O PSD vota “não”. Gostaria que fosse registrado o voto “não” para toda a base.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu quero reiterar nosso apoio ao requerimento apresentado pelo Deputado Molon no sentido de que seja retirada a proposição como um todo, até porque chama muita atenção quando não temos a oportunidade de fazer um debate mais amplo. Isso já foi apresentado antes, e não conseguimos êxito na nossa proposição.

Eu queria dizer também que está presente aqui a CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que é uma das tantas entidades signatárias da campanha *Chega de Agrotóxicos*.

Eu, que sou agricultor familiar de profissão, que vivi na roça e andei com o pulverizador nas costas, sei do que estamos falando. Portanto, eu queria agregar a necessidade de que seja retirado esse tema. Votá-lo ou discuti-lo pela metade não nos levaria a lugar nenhum. Corremos o risco de...

(*Desligamento automático do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sra. Presidente, nós queremos...

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - O PSB vota “sim”, Presidente. Não consta nosso voto no painel.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O Brasil está a passos largos caminhando para virar chacota internacional. Nós não temos mais nenhum pudor de violar a Constituição. Está sendo violada a Constituição. Este projeto é inconstitucional — nós sabemos disso. Obviamente, haverá ações judiciais e ações diretas de inconstitucionalidade.

Ainda temos a etapa do plenário pela frente. Então, não se animem muito, porque ainda haverá processos dentro da Câmara. Nas Comissões, nós já sabemos qual é o grau de atropelo.



Mas V.Exas. não perdem por esperar, porque este debate vai longe. Quando não querem debater nem argumentar é porque têm medo dos argumentos. Infelizmente, V.Exas. não têm nenhum respeito pela saúde das pessoas e por este País.

Nós votaremos a favor da retirada de pauta e obstruiremos, se houver votação nominal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Quero que seja acrescentado meu tempo de Vice-Liderança do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - V.Exa. não tem direito a esse tempo, a não ser pela Oposição. Vou continuar chamando os partidos; depois, V.Exa. poderá fazer isso pela Oposição.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Quero fazer a orientação pelo meu partido, então.

A nossa posição é clara. Como eu já disse, no momento exato quero entrar no mérito da questão. Talvez eu tenha dificuldade de controlar a parte emocional e seja pouco racional, porque perdi uma irmã de 57 anos há exatos 12 dias em decorrência de um câncer de pulmão. Isso é o que me leva, um pouco, a manifestar publicamente minha posição.

Sei que dentro do PDT há uma reflexão interna sobre isso, e há posições que não comungam com a minha. Fizemos uma discussão clara, e o PDT está, neste momento, colocando-se contra a aprovação deste projeto.

Portanto, votamos "sim" ao requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada.

Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O diabo mora nos detalhes. Nós desafiamos a que se cotejam os 22 artigos da lei em vigor com os 68 artigos do substitutivo. Há um que diz praticamente tudo. O detalhe!

Vejam, a lei em vigor fala que os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, manipulados, importados e exportados se forem previamente registrados no órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências



dos órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente.

Vamos ao substitutivo. Com ele, o que se quer é simplesmente suprimir...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Por favor, eu peço silêncio à plateia. Há um Deputado falando. Peço respeito, por favor, porque nós precisamos ouvi-lo. Senão, vou pedir que os senhores sejam retirados do plenário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Presidente. É por isso que temos dois ouvidos e uma boca.

O que o projeto suprime? Simplesmente a expressão “os órgãos de saúde, meio ambiente e agricultura”. Eles desaparecem da nova lei, ou seja, há um claro apequenamento, sobretudo da saúde e do meio ambiente, na fiscalização dos agrotóxicos, e isso nós não podemos aceitar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Passo a palavra ao PV.
(Pausa.)

Como o Governo já orientou, passo a palavra à Minoria.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Trago alguns dados, até para que possamos responder:

Responsável por 80% dos casos de câncer no mundo, exposição a agentes químicos é mais letal nas regiões agrícolas em que a cultura dos defensivos agrícolas predomina. No RS, estado que despejou quase 100 mil toneladas de veneno nas lavouras em apenas dois anos e onde o consumo per capita é de 30 litros de agrotóxicos por ano, o dobro da média do país, o câncer é a primeira causa de morte em 140 municípios. Na região Noroeste, em média dez agricultores são diagnosticados com câncer por dia.

Então, questionar essa relação é, no mínimo, uma hipocrisia e uma falta de respeito a quem estuda minimamente o assunto.

Por isso, a Minoria, em respeito à população brasileira e no confronto com os argumentos mentirosos que aqui são usados, posiciona-se a favor da retirada de pauta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Agora, Deputado, concedo a palavra à Oposição, com seu tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Vou usar só 1 minuto da Oposição para a orientação de voto.

A Deputada Jandira Feghali levantou informações. É importante que se olhe o mapa do câncer, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, sobretudo em regiões como a minha, o sudoeste do Paraná — o Deputado Luiz Nishimori é do noroeste, do norte do Estado.

Na década de 80, a população da minha cidadezinha, a pequena Pranchita, na fronteira com a Argentina, fazia tratamento de oncologia em Londrina — era distante —, e, já naquela época, chamou a atenção do Hospital do Câncer de Londrina o índice de câncer nessa cidade pequena. Eu nasci e cresci nela. Hoje há inúmeras pessoas das minhas relações na infância e juventude que faleceram de câncer nessa região. Então, existe, sim, uma relação.

Por isso, o voto da Oposição é “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vamos à votação do requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram; os contrários queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Rejeitado.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Verificação conjunta concedida. Já se passou 1 hora.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quero mudar o nosso voto para “obstrução”.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O PSB entra em obstrução também.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O PCdoB está em obstrução, e a Minoria também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL entra em obstrução.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu me inscrevo para falar, Presidente.

(Não identificado) - Presidenta, quero fazer uma questão de ordem, rapidamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Em votação. O painel eletrônico está aberto para votação.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O PCdoB está em obstrução, e a Minoria também.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, não foi registrado ali que o PSB está em obstrução. Obrigado.

(Não identificado) - Eu queria usar a palavra, Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O PDT também está em obstrução.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O PT também está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Durante a votação eu vou abrir a palavra. O primeiro orador será o Deputado Marcos Montes. Depois, falará o Deputado Alceu Moreira. O Deputado Nilto Tatto também irá falar.

Mais alguém deseja falar durante a votação? (*Pausa.*)

O SR. VALDIR COLATTO - Eu desejo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - O Deputado Valdir Colatto e o Deputado João Daniel.

Estamos em processo de votação.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Montes, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu não vou usar todo o tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL está em obstrução, Presidente.

Desculpe-me, Deputado Marcos.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu queria, Deputado Alessandro Molon, que também V.Exa. prestasse atenção, como sempre faz, porque há algo aqui que me dá até um pouco de conforto: o debate que estamos fazendo, acredito que até num bom nível, tomou outro rumo — não sei se V.Exa. concorda comigo. Por que estou dizendo isso?



Vi ontem, esparramados pelo plenário, e hoje, quando cheguei aqui, alguns folhetos — até há alguns ali na frente ainda — dizendo que querem colocar veneno no nosso prato. Acho que podemos tirar esses dizeres que estão nesses cartazes, porque a discussão aqui tomou outro rumo. Agora, o que se discute aqui é como usar o defensivo agrícola.

Todos aqui estão concordando nas suas falas que o uso do defensivo agrícola — ou agrotóxico, como é chamado — é necessário à agricultura. Estou chegando a essa conclusão. Quando eu cheguei aqui, diziam que o defensivo está matando menino, feto, que é veneno no prato e que nós vamos sair daqui e comer veneno ali. Mudou a discussão.

Deputado Luiz Nishimori, nós devemos adequar o relatório para fazer entender que o uso dos defensivos é importante para o País.

Aliás, como há aqui representantes da agricultura familiar, eu queria saber deles se na agricultura familiar se usam ou não defensivos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu sei que usam, mas eu quero que falem. Se usam, nós estamos partindo de outro princípio: nós temos que usar os defensivos. Mas como usá-los?

A lei que o Deputado Chico Alencar colocou há pouco... Aliás, quero ressaltar que há pouco eu mostrei a ele o pai dos burros, o dicionário, quando eu falei “raça, e ele levantou alguma coisa... Depois nós conversamos. Está devidamente apropriada a palavra que eu dirigi a S.Exa. Mostrei a ele o pai dos burros, o dicionário, que todos nós consultamos.

Então, o que nós estamos discutindo aqui, Deputado Alessandro Molon, é exatamente como usar os defensivos agrícolas. A questão do veneno, como V.Exas. dizem... (Pausa.)

Vou esperar um pouco.

(A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - O Deputado que me antecedeu disse que nós estamos trabalhando para as empresas, mas, pelo contrário, as empresas vão ganhar menos.

Nós precisamos realmente buscar uma maneira de usá-los.



Alguém disse que o Ministério Público colocou seis pontos inconstitucionais. Eu queria chamar atenção para a assessoria da nossa Casa. Antes de ser Deputado, eu participei de muitas reuniões de entidades, mas nunca vi uma assessoria técnica de tanta qualidade como a desta Casa. Se existissem esses pontos inconstitucionais, com certeza ela os teria identificado. Então, quero parabenizar a assessoria técnica da Casa — não só desta Comissão, mas de toda a Câmara Federal —, porque ela tem feito um trabalho extremamente forte.

Chamo atenção também do Relator Luiz Nishimori, que gentilmente tem escutado a todos, para outra questão. O Deputado Alessandro Molon, com muita propriedade, disse o seguinte: *“Aqui nós gastamos 10 anos para registrar uma molécula. Há uma fila de 2 mil produtos”*. Nós fomos à Austrália. Ele disse, também muito bem, que estamos precisando, além de recursos humanos, de tecnologia. Não sei se V.Exas. se lembram de que, quando voltamos da Austrália, juntamente com a equipe técnica do MAPA, ficaram de implementar aqui uma tecnologia muito mais avançada do que a que temos hoje.

Eu até concordo com isso, mas não concordo com os 10 anos. Se V.Exa. acha que 1 ano, como previsto no relatório, é pouco, Deputado Molon, eu posso até concordar. E eu sugiro ao Deputado Luiz Nishimori que nós alteremos o prazo, aumentando-o de 1 ano para, por exemplo, 2 anos, que é mais ou menos a média mundial.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Até 2 anos, em vez de até 1 ano. O Deputado Molon sugere 2 anos, e nós poderíamos acatar a posição dele.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Não, não, não!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, estão dizendo que eu sugeriu um monte de coisa. Eu não sugeriu nada disso, não!

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Ah, não?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não! Não falei de 2 anos. Eu falei que a EMBRAPA diz que 1 ano é pouco. Eu não falei um prazo.



O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Desculpe-me, então, Deputado Molon. Eu entendi que V.Exa. havia falado que se poderia aumentar esse prazo para até 2 anos. Desculpe-me, vou retirar o que eu disse.

Nós poderíamos, então, sugerir ao Relator que fosse alterado o prazo para até 2 anos. Também acho que 1 ano é pouco, mas um prazo de 10 anos também não é possível.

Temos que melhorar a ANVISA, dando qualidade a ela. A opinião da ANVISA é importante. O Presidente da ANVISA — não sei se ainda é o Jarbas — é uma pessoa competente, com quem discutimos muito isso. Agora, nós precisamos de celeridade para sermos competitivos com o mundo.

É isso que eu gostaria de apresentar, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Passo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria muito de fazer este debate utilizando argumentação de natureza emocional. E certamente faria um confronto que teria fundamentação. No entanto, se há um tema para ser debatido que... (Pausa.) Eu vou esperar terminar o recreio para falar.

(A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Queria que repusesse o meu tempo.

Se a discussão deste tema for feita de forma rasa — entre nós e eles, entre o alto e o baixo, entre o gordo e o magro —, será profundamente danosa. Este tema precisa ser discutido com profundidade técnica e razoabilidade. Mesmo que alguém queira forçar a argumentação para fazer o convencimento de que tem razão, não pode querer colocar os outros na condição de vilões.

Então, eu sou um bandido a favor dos venenos e, quando o meu neto chega à mesa para almoçar, eu digo: “*Não coma esta comida, coma a outra*”. Como é que eu faço isso? Eu chegaria ao grau de irresponsabilidade de aprovar um projeto desses por interesse específico de envenenar as pessoas? E iria envenenar a minha própria família, porque ela vai se sentar em qualquer restaurante, em qualquer parte do Brasil, para almoçar ou jantar, e não vai perguntar o que há na mesa!



Querer aprofundar este processo dessa maneira irresponsável, querer botar o Parlamentar que está aqui na condição de quem está votando para tomar alguma coisa de uma multinacional é reduzir a importância do debate e ser profundamente desrespeitoso com os seus colegas.

Senão, vejamos: vamos estabelecer, por exemplo, os elos comparativos. Qual seria a natureza das espécies de moléculas utilizadas para produzir no interior da França, com temperaturas absolutamente definidas? Eles não conseguem produzir no clima temperado vários produtos que nós temos aqui. Quais seriam os produtos que eles utilizam lá? Facilmente dá para dizer que há 20 ou 25 produtos que lá eles não usam. Claro que não usam: não precisam! Lá não há o mesmo volume de insetos, não há o mesmo volume de inços; portanto, o controle é feito de forma completamente diferente. Por quê? Porque o defensivo agrícola, a molécula agrícola, é utilizado exclusivamente para se produzir.

Deputada Tereza Cristina, mesmo no caso de uma molécula autorizada, basta que um agrônomo ou um técnico agrícola, em algum lugar, dê uma superdose no tratamento para haver contaminação, mesmo em se tratando de um produto licenciado no Ministério da Saúde, na ANVISA, em todos os órgãos pertinentes.

O controle, depois que o produto sai da casa de venda para ser aplicado na agricultura, é praticamente inexistente. Os zelosos pela saúde das pessoas não estão preocupados com a fiscalização e o uso desse produto. Ele pode ser aplicado num volume bem maior do que o indicado e — neste caso, sim — causar dano, porque a diferença entre o remédio e o veneno está na dose, não na espécie. Uma superdose seria fatal.

Ora, se eu quero controlar um inço danoso sabendo que, ao fazer isso, a minha rentabilidade vai ser muito maior e ninguém me fiscaliza, eu simplesmente posso dobrar, por exemplo, o volume de glifosato para poder controlar uma erva daninha na minha lavoura. Isso é danoso? É danoso, mas pode acontecer nesse processo — com certeza, pode.

Eu estou discutindo neste momento, por causa das questões do preço do arroz, a assimetria do MERCOSUL e quero mostrar para os senhores a profunda incoerência que existe. O arroz produzido no Paraguai chega ao Brasil com 46% de diferença de preço. A lavoura de arroz no Rio Grande do Sul e no Brasil como um



todo está sendo sublimada. O Paraguai tem licença para usar fitoterápicos que nós não podemos utilizar aqui, mas o brasileiro importa esse arroz e o consome em qualquer lugar do Brasil, sem que haja barreira alguma.

Aqui dispomos de somente um produto, que, para ter o mesmo efeito na nossa lavoura de arroz, temos que aplicar dando cinco voos de avião sobre ela. Eles utilizam um só, porque eles têm licenciamento. Faz quase 8 anos que o processo está na ANVISA, mas não liberam o produto aqui. Será que o atraso na liberação não é um problema para nós, fazendo com que se use o produto errado, em dose errada, porque não há licenciamento?

Eu li o projeto, e ele não oferece risco algum à saúde de ninguém. Aliás, se um produto oferecer risco em qualquer tempo, basta que uma pesquisa mostre isso, e ele terá o seu registro cassado. Mas fazer isso baseado no “eu acho”, no sensacionalismo, absolutamente não é correto, não é responsável e não é bom para a economia do Brasil, com certeza.

Não se pode criminalizar a agricultura, como se nós fôssemos os criminosos, quando, ali no Rio de Janeiro, vê-se a Baía da Guanabara completamente poluída, sem que haja esse mesmo discurso de produção ambiental, trabalhista, que há aqui — não há. Aqui, a questão é criminalizar quem produz alimento, e isso nós não vamos aceitar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu passo a palavra agora para o Deputado Nilto Tatto, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu quero aqui já começar mostrando o tamanho da irresponsabilidade desse relatório.

Nós ficamos aqui ouvindo falas moralistas, no sentido de que há um discurso contra a agricultura. Esses mesmos, há 15 anos, diziam que, se fossem aprovados os transgênicos, nós iríamos aumentar a produtividade no Brasil e diminuir o uso de agrotóxico.

Pois bem, nós, nesse período, aumentamos consideravelmente o uso de agrotóxico — o Brasil se tornou o primeiro do mundo —, e a produtividade diminuiu, foi menor. Eu estou falando da mesma área de extensão, porque, quando se diz que aumentou a produtividade, por exemplo, da soja, ela aumentou porque houve expansão, principalmente para as áreas do Cerrado e da Amazônia.



Há outra questão que mostra como esse relatório é um atraso. Nos últimos anos, a China fechou 700 empresas que produziam agrotóxicos e vai no caminho da pesquisa de biopesticidas.

O atraso deste relatório que está aqui para ser votado é tal que criminaliza — está no relatório —, inclusive com risco de prisão e multa, as práticas tradicionais utilizadas pela agricultura para a produção de pesticida.

Quem dialoga, por exemplo, com a área da alimentação sabe que isso é pressão das empresas de processamento de alimentos, que criminalizam aquele que vende uma galinha caipira ou um queijo fabricado de forma tradicional. Hoje é crime matar uma galinha, matar um porco ou até mesmo fazer um porco na lata.

Este projeto segue a mesma estratégia, demonstrando qual o interesse que está por trás disso: são os interesses das empresas.

Argumentam aqui, dizendo: *“Acham que vou querer produzir um alimento com mais veneno para meus filhos comerem?”* Não, os seus filhos vão comer alimentos orgânicos, porque têm dinheiro, mas a maioria do povo brasileiro, que está ficando doente por causa do volume de veneno que há na alimentação, não tem saída, pois não pode comprar produtos orgânicos, porque não há políticas voltadas para isso.

Esse relatório não aponta nenhuma política no sentido de aumentar a produção de orgânicos, até para que haja uma maior escala no mercado e melhore essa distribuição.

Esse relatório toma como exemplo outros países como referência. A grande referência são os Estados Unidos. Lá nos Estados Unidos, para se aprovar um novo agrotóxico, demoram 6 anos a 9 anos.

Para mostrar que esse relatório é de interesse das empresas, é importante dizer que lá nos Estados Unidos a aprovação de um novo agrotóxico chega a custar 630 mil dólares, e a renovação, 150 mil dólares. No Brasil, custa hoje 53 a 1 mil dólares. Mas o relatório isenta isso de vez agora.

Isso é interesse de quem? É interesse do Estado brasileiro? É interesse das instituições brasileiras? Ou é interesse das empresas?

É preciso deixar claro que esse projeto não interessa à agricultura brasileira. Isso inclusive vai encarecer a produção agrícola brasileira. Vamos perder mercado, porque o consumidor lá da China, da Europa e dos Estados Unidos, que compra



produtos da agricultura brasileira, não vai comprar mais, porque há muito veneno. E vamos perder esse mercado.

Olhem o tamanho da irresponsabilidade de V.Exas., que não estão atentando para o futuro da agricultura brasileira! Nem estou falando desse modelo de agricultura que vai na contramão do que a humanidade e o povo brasileiro pedem. Eu estou falando desse modelo de agricultura da terra concentrada e da monocultura. Só para mostrar o grau de irresponsabilidade, V.Exas. estão dando um tiro no pé.

Por isso, é necessário fazer mais debates com relação àquilo que todo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Presidenta, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Peço a palavra parar encaminhar, Presidente.

O PV está em obstrução.

Peço que conste ali, porque eu preciso registrar aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Registro a obstrução.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quero saber qual é o tempo de votação de cada item, porque nós estamos há um tempão aqui e não saímos do item 13. Nós estamos obstruindo a votação, mas a base do Governo não está aqui para votar. Então, não vamos ficar aqui na Comissão eternamente esperando os Deputados chegarem. Aqui ninguém almoçou.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nós também não almoçamos, Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Ninguém almoçou, então...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ninguém aqui almoçou, Presidente. Nós vamos ficar...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Nós estamos aqui, nós estamos aqui!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Fiquem sem almoçar. Tem veneno, tem veneno!



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Nós não podemos ficar aqui eternamente aguardando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Eu também não almocei, Deputados...

É a meu critério, Deputada. Daqui a pouco eu vou lhe dar...

Aliás, eu tenho sido muito respeitosa com todos. Então, por favor!

Eu vou inverter a ordem de inscrição, Deputado Colatto, porque o Deputado Evandro Roman me pediu, pois precisa sair.

Passo a palavra para o Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Defina um tempo, Presidente. Pelo menos isso V.Exa. precisa definir.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Qual é o tempo, Presidente, da votação? Estamos há um tempão no número 13. Por quanto tempo nós vamos aguardar?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Diga pelo menos qual será o tempo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A palavra está com o Deputado Evandro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado Evandro, pode começar...

Eu vou lhe dar o tempo, Deputada. Já, já, vou lhe dar o tempo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, Presidente, não é assim. Não é tão autocrático assim, tem que haver um tempo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Lá no Plenário é assim, Presidente. Agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Não se passaram nem 20 minutos ainda, é um tempo bem razoável de espera. Então, eu estou aguardando e vou...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Telefonem para chamar a base, que está almoçando, então, por favor! Têm que ter respeito com quem está aqui.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Chame a base...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O comportamento lá é diferente do comportamento aqui.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Ninguém aqui almoçou.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O comportamento lá no Plenário é totalmente diferente do comportamento aqui na Comissão. Isso é que é engraçado.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, eu não estou falando com V.Exa., estou falando com a Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Falta coerência, falta coerência!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sra. Presidente, eu não vou competir com eles, não vou falar mais alto, porque irão me vencer com facilidade. Daqui a pouco todos estaremos berrando aqui, e não haverá acordo. Então, vou falar no meu tom e espero ser respeitado. Fiquei calado aguardando o meu momento de falar.

Eu gostaria de lembrar a todos que nós vivemos num país tropical. O clima quente e úmido, predominante em todo o nosso País, é propício ao desenvolvimento de pragas, fungos, enfim, às mais variadas espécies que podem atrapalhar o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, e da agricultura familiar também, porque tudo é agronegócio.

Gostaria de deixar bastante claro um dado citado, acho eu, pelo Deputado Alessandro Molon. Segundo ele, a ONU diz que este exemplo de alimentação não é...

(*Tumulto no plenário.*)

Deputada, assim fica difícil eu continuar.

(*A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Eu não vou berrar. Abro mão de falar, se for o caso. Não vou ficar berrando, não vou competir com 30 pessoas numa sala. Não há como.

Eu me referia, Sra. Presidente, ao dado trazido pelo Deputado Molon. Enfim, a mesma ONU diz que hoje nós produzimos alimentos para 1 bilhão e 600 milhões de habitantes e que, nos próximos 10 anos, a produção no Brasil precisa aumentar, pois o número de habitantes no mundo chegará a 2,3 bilhões. Em 2050 seremos 10 bilhões de pessoas na Terra e nós teremos que produzir alimentos para todas essas pessoas.



Não é com semente crioula, não é com ação voltada simplesmente para a agricultura orgânica que nós vamos conseguir fazer isto. Nós temos que ter o entendimento, e ele tem que ser bastante claro, de que historicamente as pragas destroem todo alimento e as regiões. Isso é bíblico. Impérios e reinos ruíram por falta de alimentos. Impérios! A humanidade precisa da produção.

Eu estive recentemente na China. Os chineses nos dizem: “*Pelo amor de Deus, brasileiros, aumentem a produção de alimentos, aumentem a área plantada, produzam mais! Nós precisamos de vocês. Em 2045 a China vai ter 500 milhões de idosos. Nós temos que dar de comer a eles e dependemos muito do Brasil*”.

Então, diante desse argumento, eu gostaria de ir pelo caminho científico.

Simplesmente o texto do PL 6.299 diz que autoriza o registro temporário, autoriza provisoriamente o registro de determinado produto, se o poder público não se manifestar em 12 meses — o prazo pode ser 24, conforme está sendo proposto aqui —, mas o produto deve ter registro já aprovado em no mínimo três países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE. Ou seja, ninguém aqui está inventando a roda, ninguém está agregando novos princípios ativos, nós simplesmente estamos trabalhando para que possamos ter a possibilidade de produzir mais, com responsabilidade.

Para encerrar, quem sabe até antes de os meus 5 minutos esgotarem, sugiro: quem não ouviu falar de nanotecnologia que vá buscar o entendimento do que é nanotecnologia aplicada ao agronegócio. Com a aprovação desse projeto, vamos conseguir trabalhar especificamente voltados para cada espécie, para cada variedade que nós temos, utilizando nanotecnologia. Nós temos a célula, nós temos a molécula, nós temos o átomo, nós temos a nanomolécula. Isto, digo a todos, é ciência. Há muitos contrapontos que dizem: “*Nós não podemos romper com outra ciência, a nanotecnologia está aí para nos apoiar*”.

Isto aqui vai fazer com que haja responsabilidade, vai fazer com que venhamos a mensurar e diminuir, principalmente, a quantidade de defensivos agrícolas — regulamentando. É isso que eu quero deixar claro a V.Exas. Busquem entender a nanotecnologia aplicada principalmente aos defensivos agrícolas.

Obrigado, Sra. Presidente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Muito obrigada, Deputado Roman.

Agora tem a palavra o Deputado João Daniel. (*Pausa.*) Não está aqui.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vamos encerrar a votação, Presidente!

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sra. Presidente, eu queria colocar aqui algumas coisas com que tecnicamente trabalhamos, porque as pessoas leigas às vezes não entendem o processo.

Por que nós estamos falando em produto fitossanitário? “Fito” significa planta e “sanitário”, sanidade. Quando o médico recomenda um produto para combater doença humana, ele recomenda um remédio. Quando o veterinário recomenda um produto para curar doença animal, ele recomenda um remédio. Quando o agrônomo recomenda defensivo fitossanitário para combater praga que ataca planta, ele recomenda um veneno.

Nós temos que começar a trabalhar de modo diferente. Eu, como sou engenheiro agrônomo, sou médico das plantas. O que eu faço quando uma planta está doente? Vou buscar saber o que a está atacando. Se for um inseto, vai ser aplicado um inseticida; se for um nematoide, será aplicado um nematicida; se o problema for a invasão de gramíneas ou invasoras, será aplicado um herbicida; se for um fungo, será aplicado um fungicida; se for uma bactéria, será aplicado um bactericida.

O que nós estamos falando é que esses produtos, quando usados na agricultura, são chamados de veneno, mas é o remédio para curar a doença da planta. Veneno para quem? Veneno para um inseto, uma praga, uma doença. É disso que nós estamos falando. Ou nós vamos começar a falar dos animais tóxicos e dos humanotóxicos, quando se utiliza algum produto dessa natureza.

Vejam a discriminação que há na agricultura. Quando alguém fica doente, o médico receita o remédio que entende que vai curar determinada doença. Quer esteja no Brasil, quer esteja lá fora, ele pede o produto e faz com que o paciente o ingira ou que nele o apliquem. Quando há problemas na agricultura, o engenheiro agrônomo, que é o médico das plantas, não pode receitar nada. Não, não pode!



Chegamos ao absurdo de ver uma praga na mesma espécie de produtos. Para quem não sabe, o tomate e o pimentão são da família da solanácea. São produtos da mesma espécie que sofrem com a mesma praga, mas não há registro para os dois, apenas para o tomate. Por conta da burocracia, que não registrou determinado produto para ser usado no combate à praga no pimentão, nós estamos proibidos de usá-lo. O que ocorre? Se o produtor aplicar no pimentão o mesmo produto que aplicou no tomate, esse produto vai ser considerado como resíduo e vai ficar registrado com uma quantidade acima do permitido.

Todos têm que saber que nós não exportamos nada para fora do Brasil que não esteja dentro dos padrões internacionais aceitáveis de resíduos e defensivos agrícolas. Ninguém recebe! Sabemos de inúmeros casos em que houve problemas, em que o pessoal, accidentalmente, errou, e o produto teve que ser retornado. Os produtos brasileiros — as nossas carnes, os grãos e as hortaliças — não entram em nenhum país se não tiverem com a dose diária aceitável, como se fala na agronomia. Têm que estar com uma dosagem aceitável, que não faz mal à saúde. Não é por acaso que a nossa expectativa de vida passou de 50 anos para 73 anos.

Então, as pessoas não sabem exatamente qual é o problema que está acontecendo e falam um milhão de coisas por aí. Não há produto na praça com excesso de defensivos. A ANVISA está aí, levantou nos últimos dias que 98% dos produtos, como hortaliças e frutas, estão dentro da dose diária aceitável. Portanto, não fazem mal à saúde.

Muita gente quer mudar essa questão dos defensivos para os transgênicos. Os produtos transgênicos não precisam de inseticidas. Muitos são contra os transgênicos também. Então, não dá para entender.

Embora o Deputado Schuch tenha dito que foi agricultor, acho que nós temos que ouvir aqui as pessoas que estão lá na roça, trabalhando, com a mão calejada, para pôr a comida na nossa mesa. Se o agricultor não planta, não almoçamos e não jantamos. As pessoas têm que saber disso! Esses agricultores têm que ser ouvidos, para sabermos das dificuldades por que passam para produzir esse alimento que chega à nossa mesa e às prateleiras dos supermercados, pois muitos acham que o leite nasce na caixinha. Essas pessoas têm que ser ouvidas...

(Desligamento automático do microfone.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Vou encerrar o processo de votação, Deputada Jandira, e abrir o painel.

Está encerrada a votação.

Foi rejeitado o requerimento.

Vamos dar prosseguimento à pauta.

Declaro prejudicados os demais requerimentos de retirada de pauta.

Declaro também a prejudicialidade dos requerimentos de adiamento de discussão em razão da rejeição do requerimento de retirada de pauta.

Agora, nós podemos passar à discussão.

O Deputado Chico Alencar tem tempo de Liderança.

Vou conceder 3 minutos. Depois, nós já podemos abrir a discussão, com a lista de todos os que fizeram suas inscrições para discutir.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Fiz o meu pedido para usar o tempo de Liderança da Oposição.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, só uma observação: tempo de liderança precede qualquer outra coisa. Então, quem pedir o tempo de liderança fará uso da palavra antes da abertura da discussão, como o Regimento nos impõe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - A discussão vai começar com o primeiro orador da lista.

Então, V.Exas. podem pedir todos os tempos de liderança que a discussão vai ficar postergada.

Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, peço a palavra pelo tempo de Liderança também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sra. Presidenta, Deputados e Deputadas, todos que acompanham esta reunião, eu vou trabalhar aqui com a argumentação que está sendo brandida como o aval pleno e total, qualificado e técnico ao substitutivo: a nota da EMBRAPA.

Vejam: de fato, a EMBRAPA manifesta simpatia por mudanças na Lei do Agrotóxico, pela desburocratização, mas ela lembra que, tanto quanto permitir o



acesso rápido a tecnologias que sejam consideradas úteis e seguras, é preciso evitar e proibir tecnologias que possam causar danos ou trazer riscos.

Outro destaque da EMBRAPA — e aí é o argumento daqueles que não querem debate, querem aprovar o substitutivo; eu estou trabalhando aqui com o testamento deles, o texto quase que bíblico — diz que reduzir os trâmites da observação, da autorização para esses produtos é importante, mas sem colocar em risco a integridade técnica da avaliação.

Elá traz um outro elemento. Este é fundamental: diz que a atuação dos órgãos de saúde e meio ambiente no processo regulatório é essencial — essencial! Essa atuação foi apequenada, minimizada, no substitutivo. E diz que isso é essencial para garantir a saúde humana e o meio ambiente.

Há um quarto ponto da nota da EMBRAPA, da bíblia dos que querem aprovar o substitutivo. Elá menciona a insuficiênciia do PL quando se elimina qualquer critério de exclusão baseado no perigo, como destacou o Deputado Molon, como a carcinogenicidade e a mutagenicidade. Está aqui, no documento da EMBRAPA!

Diz, por fim, que é necessário maior cuidado na disponibilização de produtos com perfil de maior risco. E que tudo, inclusive esses pontos polêmicos da proposta, diz a EMBRAPA, merece um maior debate.

É isso o que estamos defendendo aqui desde o meio-dia; é isso que não está sensibilizando aqueles que pensam mais no lucro, no negócio, do que na boa alimentação e na saúde da população.

Há uma divergência aqui entre o poder corrosivo do dinheiro e da matéria, e o poder libertador do ser humano. É disso que se trata. Este é o grande embate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Concedo a palavra ao Deputado Assis do Couto, por 8 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidenta.

Eu dou início a esta fala com o sentimento de quem vê o Estado cada vez mais distante da preocupação com a vida das pessoas.

Presidenta, demais pares e população que nos acompanha, eu falo aqui como agricultor, ou como produtor rural, da agricultura familiar, se assim quiserem chamar. Eu não falo aqui como alguém que não... Não sou engenheiro agrônomo, Deputado Valdir Colatto, mas sou um profissional da área, sou um produtor de



alimentos. Agora, com esta vida... O destino me trouxe aqui, primeiro me levou ao sindicado, às cooperativas, agora estou aqui, mas ainda mantenho os meus vínculos, como foi dito aqui, com uma região que amarga perdas de muitas vidas, a região sudoeste do Paraná, semelhante a algumas regiões de Santa Catarina, a algumas regiões do Rio Grande do Sul e a outras regiões do Brasil, com alto índice de câncer relacionado, sim, ao uso de agrotóxicos, de venenos.

Eu perdi uma cunhada há poucos anos, de 40 anos de idade, que tinha câncer de mama. Onde começou a situação dela? Era agricultora familiar — e é isso o que eu quero comentar depois — que acompanhava a família na roça, fazia o serviço de casa e ainda tinha filhos para cuidar. E, ao voltar da roça, ao voltar do trabalho, às pressas, foi amamentar o filho, que era pequeno. E aí, havia, sim, resíduos de venenos. Ela teve uma mamite. Isso originou alguns tumores que viraram um tumor cancerígeno. E ela faleceu com 40 anos de idade.

Eu disse antes que hoje faz 12 dias que perdi minha irmã, a única irmã que eu tinha, Lrides do Couto Blodow, com 57 anos de idade. Eu não vou me estender, porque não é o caso aqui, não quero usar isso como argumento, ou como justificativa. Mas são fatos, é a realidade do País.

Um depoimento de um agricultor vizinho de minha irmã, no velório, chamou-me muito a atenção, e eu queria aqui registrar isso. Ele me disse o seguinte: “*Por muitas vezes, eu fui ajudá-la*” — porque a lavoura era próxima — “*a erguer a máquina nas costas, porque ela não conseguia mais erguer, passando veneno na plantação de fumo.*” Ela faleceu com câncer de pulmão. Já era metástase quando foi diagnosticada. Eu passei os meses de janeiro, fevereiro e março envolvido com isso.

Muitos médicos perguntavam: “*A senhora é fumante?*” Ela dizia: “*Não*”. “*O marido é fumante?*”, e ela respondia: “*Não é fumante*”, mas para alguns médicos ela dizia: “*Mas eu plantei fumo por 30 anos*”. Ela mexeu com muitos venenos na produção de fumo. Não vamos entrar no mérito, porque há até que se fazer um estudo científico do que representam o fumo e os agrotóxicos.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria dizer que o tema aqui em debate precisa dialogar. Meu caro Relator, Deputado Luiz Nishimori, do meu Estado, o tema precisa dialogar com pelo menos quatro segmentos da sociedade.



Primeiro, o tema precisa dialogar com a agricultura familiar. São milhões de produtores de alimentos que vivem com suas famílias no local de produção. São milhões de pessoas! Este é o segmento exposto diretamente aos agrotóxicos, aos venenos. Não sei que nível de diálogo o projeto fez com esse segmento, com a CONTAG, com os movimentos que representam esses agricultores familiares. Porque eles têm experiência, têm conhecimento, têm fatos, têm ideias, têm sugestões e têm muita vontade de produzir alimentos saudáveis para este País. Este público é o mais exposto e com o qual V.Exa., como Relator, precisaria dialogar muito. E é ali que está a minha família. É ali que estavam a minha irmã, a minha cunhada, e é ali que estão milhões e milhões de parentes de nós que estamos aqui.

Segundo, precisa dialogar com os agricultores empresariais. Sim, com os empresariais! Eles não são milhões, mas talvez sejam milhares! E são muito bem representados aqui nesta Casa. Esses agricultores, na maioria, não vivem lá no campo, não vivem a exposição aos agrotóxicos no campo, moram nas cidades, e geralmente nas cidades grandes. Quem tem mais influência econômica, melhores terras e mais terras, não vive lá. Até quem apresentou o projeto no Senado, o Senador Blairo Maggi, é um desses produtores. É diferente de um agricultor familiar, mas é preciso dialogar com essa gente, mas eles não podem suplantar o pensamento dos demais. Esses empresários rurais, por mais importantes que sejam para o PIB, para a exportação, para a geração de emprego até, não podem suplantar a vida e o pensamento dos agricultores familiares e dos demais segmentos da agricultura. Esses estão pouco expostos ao uso de agrotóxicos.

Terceiro, é preciso dialogar com os trabalhadores assalariados. Esses, sim, na sua grande maioria, vivem lá no campo, no meio da produção, no meio do veneno. Qual foi o diálogo que se fez com os trabalhadores assalariados, com os assalariados temporários ou com os permanentes, que são aqueles contratados pelos produtores rurais nessa área?

Por último, é preciso dialogar com os consumidores. Esses são os expostos anônimos, que consomem o alimento que produzimos.

Para finalizar, eu queria, já que o meu tempo está esgotado, registrar o seguinte: meus caros Deputados, há uma nova agenda agroalimentar em curso, há



um momento de crise do agroexportador e das *commodities*, e é preciso estar atento a isso. O embargo da União Europeia é sinal desta crise.

E já que estamos tratando de reformulação de leis de anos e décadas, há um problema sério, meus caros, que é a reformulação da lei de inspeção sanitária do Brasil, que também pode nos ajudar aqui. É uma lei de 50 ou de 60 anos e que tem que ser revista, para mudar o sistema e o modelo de produção.

Finalizo com algumas questões gerais que eu ouvi aqui, como modernização para melhorar a produtividade e diminuir o gasto de insumos. Já ouvimos o Deputado Nilto Tatto falar sobre os transgênicos. A experiência é drástica, é dramática. O uso do glifosato, principalmente, aumentou. Muitos produtores de parreiras da minha região que faziam um bom vinho e um bom suco tiveram que abandonar a atividade, porque o glifosato destruiu os parreirais.

Segundo, a questão da economia é importante, sim, para o PIB. Todos nós reconhecemos e sabemos da importância do agro brasileiro, mas nós precisamos sair dessa fissura da exportação de *commodities* e da industrialização do nosso País para agregar valor e melhorar a renda do nosso povo. Este projeto não vem nessa direção. Ele apenas vem para reforçar a ideia das *commodities* e da exportação.

Por fim, eu quero reforçar a ideia da necessidade da reformulação do nosso sistema sanitário, porque ele não é apenas um sistema sanitário para a produção animal, é um sistema sanitário também para a produção vegetal, para cuidados. A minha região usa muito veneno importado clandestinamente de países de fora. Existe a deficiência do sistema sanitário do País, portanto o Serviço de Inspeção Federal — SIF precisa de uma reformulação, muito mais até do que a Lei de Agrotóxicos, mas nisso ninguém quer mexer.

Obrigado, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Agora passo a palavra para o Deputado Nilto Tatto, por 8 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, colegas Parlamentares da Comissão, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar não só o conjunto dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, mas também as entidades públicas que vêm acompanhando este debate e que querem contribuir com este



debate, pela dimensão que tem para o povo brasileiro e para o País, para o conjunto da população.

O que nós estamos discutindo aqui e decidindo tem a ver com a vida de cada brasileira e de cada brasileiro. Tem a ver também com esta questão: que meio ambiente, que solo, que água nós vamos deixar para as futuras gerações? Tem a ver também com a maneira como nos relacionamos com as outras formas de vida, e não só com as da nossa espécie. As abelhas, os pássaros, os microrganismos do solo não têm quem decida por eles, somos nós que decidimos sobre o futuro deles, sobre o direito à vida, inclusive, do solo.

Todos sabemos que este modelo da monocultura de agricultura preponderante no Brasil — e que, na verdade, é preponderante no mundo hoje —, que se começou a construir no pós-Segunda Guerra Mundial e que dominou, é um modelo de agricultura que se baseia na exploração, ao máximo, dos recursos naturais e que, ao longo do tempo, vai matando a vida dos solos e dos micro-organismos. Ele, inclusive, é cada vez mais dependente do uso de água, tanto é que vale a pena ressaltar que 70% da água potável utilizada no mundo vão para a agricultura, e o Brasil não está longe desse mesmo percentual. Isso mostra o quanto esse modelo deteriora e compromete a vida no futuro, a vida do planeta.

Este modelo sempre foi utilizado, e aqui também se utiliza esse discurso de que o uso intensivo de agroquímicos — fertilizantes, adubos e venenos, os agrotóxicos — é fundamental para produzir o volume de alimento necessário para matar a fome no mundo. Mas, à medida que este modelo de agricultura foi predominando no mundo inteiro, a fome no mundo foi aumentando.

E pouco também se produziu, ao longo das últimas décadas — na verdade, só nos últimos anos vem acontecendo isto —, de pesquisa e de conhecimento dos malefícios desse modelo de agricultura para saúde e para o meio ambiente.

Nós começamos a verificar os problemas na área de saúde no Brasil, há pouco tempo, por causa dos agrotóxicos. É a mesma história da época do debate do tabagismo: também não se tinha conhecimento dos malefícios do tabagismo. Quando se tomou conhecimento das pesquisas, no mundo inteiro começou a haver restrição para o tabagismo. A mesma coisa precisa acontecer com relação ao agrotóxico.



No ano passado, a Organização das Nações Unidas — ONU, através de pesquisas feitas com diversos pesquisadores autônomos — e aí sem a influência das cinco ou seis empresas que dominam esse modelo de agricultura no mundo todo —, divulgou um relatório em que afirma que o caminho para acabar com a fome no mundo passa pela distribuição da terra, passa pela reforma agrária, passa pela desconcentração da terra, passa pela valorização da agricultura familiar. Passa por aquilo que simbolicamente representa a agricultura familiar, que é a diversidade na mesa de cada pessoa.

A monocultura traz uma alimentação de má qualidade, porque não tem diversidade, não é aquilo que a humanidade aprendeu ao longo do tempo. A monocultura traz um alimento altamente processado, que, além de estar trazendo as doenças causadas pela química que está lá ou pelo veneno que está lá, está se transformando talvez no segundo maior fator causador de doenças hoje da população brasileira, depois do agrotóxico, que é a obesidade, e principalmente a obesidade infantil, causada por esses alimentos altamente processados.

É este o modelo de agricultura que está presente neste relatório. Ele representa essa agricultura. Não é essa a agricultura que o mundo quer, que a humanidade quer ou que a modernidade busca.

A agricultura que a modernidade busca representa, por exemplo, movimentos como o Slow Food, movimento que está pegando no mundo inteiro, principalmente no Hemisfério Norte, mas está também muito presente no Brasil. Contudo, aqui não tem apoio governamental, não tem apoio da elite deste País, porque a elite deste País está muito mais comprometida com os interesses dessas empresas.

Há 15 dias, por exemplo, eu fui à III Feira da Reforma Agrária, que aconteceu no Parque da Água Branca, em São Paulo, onde passaram 260 mil pessoas em 3 dias, no fim de semana. Havia mais de 1.500 produtos diferentes. Não eram produtos altamente processados, como as salsichas ou os enlatados da vida, que é o que se encontra em muitos lugares. Por causa desse modelo de agricultura, você não consegue mais comer uma comida regional decente. Lá vimos a comida regional, vimos a diversidade cultural expressada na diversidade da culinária, que tem a ver com a diversidade étnica do povo brasileiro.



É esta a sociedade que nós queremos construir, e este relatório não aponta para isso. O Brasil é um país diverso. Quando pensamos nas comunidades quilombolas, na quantidade de povos indígenas, nos imigrantes europeus que vieram para cá, quando pensamos nessa diversidade, pensamos que precisamos trabalhar para que se distribua a terra, para que aconteça a reforma agrária, para que se valorize a agricultura familiar, para que se invista em biopesticida, e não trabalhar para privilegiar as empresas.

Portanto, eu chamo a atenção, porque este relatório vai criminalizar inclusive aquilo que é ganho do ponto de vista da produção de biopesticida.

Por isso, eu peço aos colegas Parlamentares que derrotemos este relatório. E mais, quero chamar as entidades e os movimentos sociais, porque nós precisamos ampliar este debate na sociedade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Eu passo a palavra à Deputada Jandira Feghali, por 3 minutos, prorrogável por mais 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu só brigo porque o nosso tempo é tão curto, que 1 minuto para nós acaba sendo importante.

Primeiro, quero dizer que a mudança do nome de “agrotóxico” para “fitossanitário”, se não fosse hilário... Nós temos visto a especialização da Câmara em criar o que chamei ontem de mentiras especializadas. Essa é uma tática da fase atual e contemporânea do capital, em que inventamos determinadas mentiras muito articuladas. De forma orgânica, vamos inventando em Power Point, em uma série de formatos, para ganhar a opinião pública. Às vezes, organizamos determinadas formulações com esse intuito de ganhar a opinião pública.

No entanto, neste caso, o relatório é muito explícito, e o debate vai ficando cada dia e cada vez mais claro. O relatório do Deputado Luiz Nishimori, certamente com o auxílio de várias mãos, primeiro afronta a Constituição em vários artigos que citam propagandas à saúde e que determinam regulações claras sobre ambiente de trabalho. Por isso, inclusive, a FIOCRUZ... (Pausa.)

Nós não estamos votando, Sra. Presidenta. Nós podemos discutir, nós não estamos votando.



Por isso, inclusive, quando o relatório da FIOCRUZ fala da reforma trabalhista, fala claramente e faz uma correta relação, porque, quando eu permito que uma grávida trabalhe em ambiente insalubre, posso permitir que uma grávida, trabalhadora rural, na agricultura familiar, esteja diante de um agente nocivo, de um agrotóxico. Então, a reforma trabalhista tem, sim, muito a ver com esse relatório.

Quando falo de violações de convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho — OIT e quando falo de normas da Organização Mundial da Saúde — OMS, vejo que este relatório bate de frente com esse conjunto de normas e de regulações.

Modernizar a legislação não é um problema para nós. Nós somos a favor do progresso, do desenvolvimento, do emprego, da produção de alimentos. Aliás, hoje, a agricultura familiar corresponde, em média, a 70% da produção de alimentos no Brasil — não é a grande agroindústria. Setenta por cento de alimentos são oriundos da agricultura familiar. Nós sabemos o que estamos falando aqui.

O problema e a grande questão que temos que discutir aqui — e esta é a questão central — é que nós não podemos modernizar a legislação em detrimento da vida das pessoas, em detrimento do desenvolvimento sustentável e do equilíbrio ambiental, em detrimento daquilo que preserva o poder de fiscalização e de polícia do Estado brasileiro, contra aqueles que, em nome do dinheiro e do poder do dinheiro, ficam cegos e embrutecidos em relação aos direitos fundamentais do povo brasileiro.

Este relatório não pode ser aprovado por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Nós estamos encerrando a reunião, porque a Ordem do Dia já começou. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Era esta a minha questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Tereza Cristina) - Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sra. Presidente, pela ordem, peço somente um esclarecimento. Começou a discussão? Não? (*Pausa.*) Ah, era tempo de Líder!



O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Presidenta Tereza Cristina, eu queria entregar a V.Exa., neste momento, um documento das entidades.

Chamo as entidades que ainda estão aqui para participarem da entrega de vários documentos, de várias notas técnicas: do Conselho Nacional de Direitos Humanos; do Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA; do Ministério Público do Trabalho; do Ministério Público Federal; da 4^a Câmara; do Instituto Nacional de Câncer; do Conselho Nacional de Saúde; da Defensoria Pública da União — DPU; e do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Quero convidar as entidades que ainda estão aqui para, junto conosco, entregar essas notas técnicas para a Deputada Tereza Cristina, Presidente desta Comissão. (*Palmas.*)